

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA

EDERSON GOMES DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE PLANALTINA (DF): MEMÓRIA E
IDENTIDADE SOCIAL.**

GOIÂNIA – GO
2013

EDERSON GOMES DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE PLANALTINA (DF): MEMÓRIA E
IDENTIDADE SOCIAL.**

Dissertação apresentada ao Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para obtenção do título de Mestre, pelo curso de Pós-Graduação em História.

Orientado pela professora Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

**GOIÂNIA – GO
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA

ATA

Dedico este trabalho a minha mãe, mulher simples e batalhadora que com muito amor e determinação me ensinou a ser honesto e a lutar pelos meus sonhos. Por isso mãe eu poderia escrever mil páginas de dedicatória e mesmo assim ainda seria pouco para te dizer o quanto te amo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente tenho que agradecer a Deus, protetor de todos nós.

A minha mãe Dona Antônia, que nunca me deixou faltar nada.

A minha filha Gabriela, que é a razão pela qual busco sempre ser melhor a cada dia.

A meus irmãos Edna e Edervam e meus sobrinhos Gabriel e Karol.

A meus compadres Rivaél e Adelson, pela amizade e companheirismo de tantos anos.

As minhas primas irmãs, Renata, Raquel, Rejane e Saionara.

A minha orientadora Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto pelos ensinamentos e amizade.

Ao Dr. Eduardo Sugizaki pelas contribuições e pelo apoio.

A todos os professores da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

A meus amigos: Robson Munhoz, Francisco Ferreira da Silva, Dilomilson Nicodemos, Antônio Filho, Sérgio Loiola, Ferdinan Lima, Zuita Alves, Molina Duarte, João Batista Simão, Rosário Loiola, Cauê Zagheto, Thiago, Fausto Santos, Joice Carvalho, Thais Falcão, Moisés Faustino, Democyides Carvalho, Adriano Rodrigues, Wagner Azevedo, Rafael Vieira, Jerry Calista, Frank Costa, Sérgio Pacheco, Vicente Campos, Anderson Aroucha, Jeanderson Cruz e Fabiana Oliveira.

Aos amigos de Planaltina: Simone Macedo, Dona Geralda Vieira, professora Dra. Regina Coelly, Leonio Matos, Prof. Mário Castro, Ester Araújo e Rodrigo Otávio.

Obrigado a todos vocês.

RESUMO

OLIVEIRA, Ederson Gomes de. *Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF): memória e identidade social*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais. Programa do Mestrado em História. Goiânia, 2013.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a relação dos moradores de Planaltina com o patrimônio histórico e cultural existente nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro como memória e identidade social. Fazem parte desse patrimônio a Igreja São Sebastião, o Casarão de Dona Negrinha, o Museu Histórico e Artístico, o Casarão Azul, a Casa do Idoso, a Casa das Artes, o Hotel O Casarão e o Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta. Para a execução deste propósito foram realizadas entrevistas e a aplicação de questionários. As entrevistas aprofundaram as discussões sobre o objeto de pesquisa, enquanto o questionário foi importante para colher as informações sobre o posicionamento dos moradores de Planaltina em relação ao patrimônio histórico e cultural situados nas Praças. Dos resultados obtidos, foi constatado que a população reconhece esse patrimônio como parte da sua memória e identidade social, que durante décadas as políticas de conservação não foram suficientes para a proteção desse patrimônio, que existe um embate político travado pela Associação dos Amigos do Centro Histórico e pelo governo do Distrito Federal na tentativa de preservação desse patrimônio e que esse embate é importante para a cidade e para a história de Planaltina.

Palavras chave. Patrimônio. Memória. Identidade social.

ABSTRACT

OLIVERIA, Ederson Gomes de. *Historical and cultural heritage of Planaltina (DF): memory and social identity*. Pontifical Catholic University of Goiás. Department of History, Geography and Social Sciences. Master's Degree in History Program. Goiânia, 2013.

This research has as its main aim to analyze the relation between the people that live in “Planaltina” and the historical and cultural patrimony in the squares of “São Sebastião e Salviano Monteiro” as memory and social identity. They are part of this patrimony: the “Igreja São Sebastião”, the “Casarão de Dona Negrinha”, the artistic and historical museum, the “Casarão Azul”, the “Casa do Idoso”, the “Casa das Artes”, the “Hotel O Casarão” and the “Franciscano Irmã Maria Assunta” school. To the execution of this proposal were made interviews and questionnaire appliances. The interviews went through discussions about the object of the research, the “Planaltina” dwellers’ opinions in relation to the cultural and historical patrimony located in the squares. From the obtained results, it was found that the population recognizes this patrimony as its memory and social identity, and that during the decades the conservation policies weren’t enough to the protection of this patrimony, and that there is a shock between the people from “Associação dos Amigos do Centro Histórico” and the government of the Distrito Federal in an attempt to preservation of this patrimony and that this shock it is important to the city and to the history of “Planaltina”.

Keywords – Patrimony. Memory. Social Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil ou Comissão Cruls, 1892.	25
Ilustração 02 – Pavimentação das ruas de Planaltina em 1963.	27
Ilustração 03 – Praça São Sebastião, 2012.	33
Ilustração 04 – Praça Salviano Monteiro, cerimônia de comemoração ao dia da Independência em 1954.	34
Ilustração 05 – Prefeito Ivo de Magalhães e primeira dama de Planaltina, 1963.....	35
Ilustração 06 – Visita do Presidente da República a cidade de Planaltina.	37
Ilustração 07 – Acadêmicos da Faculdade Jesus Maria José de Taguatinga (DF).	38
Ilustração 08 – Igreja de São Sebastião de 1975.	52
Ilustração 09 – Praça São Sebastião e a Igreja São Sebastião, 1970.	54
Ilustração 10 – Igreja de São Sebastião, 2013.	55
Ilustração 11 – Parte interior da Igreja, 2012.	55
Ilustração 12 – Fachada externa do Casarão de Dona Negrinha, 2013.	58
Ilustração 13 – Museu Histórico e Artístico de Planaltina Distrito Federal, 2013.....	59
Ilustração 14 – O Casarão Azul, 2013.....	60
Ilustração 15 – A Casa das Artes 2013.....	61
Ilustração 16 – Colégio Franciscano Irmã Assunta, 2013.....	62
Ilustração 17 – Casa do Idoso, 2013.....	64
Ilustração 18 – Hotel O Casarão, 2013.....	66
Ilustração 19 – Manifestação em defesa do patrimônio do Centro Histórico de Planaltina promovido pela AMIGHOS em abril de 2013.	68
Ilustração 20 – Sarau, promovido pela AMIGHOS. 08 de Março de 2014.	69
Ilustração 21 – Fiéis montados a cavalos percorrem as fazendas da região.....	73
Ilustração 22 – Cena da condenação de Jesus, Morro da Capelinha.	74
Ilustração 23 – A dança da catira uma tradição em Planaltina.	76
Ilustração 24 – Música e reza na Folia de São Sebastião.	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tempo que reside em Planaltina.	81
Gráfico 02 – Políticas para a preservação do patrimônio.....	82
Gráfico 03 – Estado de conservação do patrimônio de Planaltina.	83
Gráfico 04 – As Praças São Sebastião e Salviano Monteiro e seus monumentos.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIGHOS – Associação dos Amigos do Centro Histórico

DF – Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LBA – Legião Brasileira de Assistência

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PTR – Partido Trabalhista Renovador

RA – Região Administrativa

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEDHAB – Secretaria de Desenvolvimento e Habitação do Distrito Federal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	935
APÊNDICE B.....	956
ENTREVISTA	967

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	18
DO ARRAIAL DE MESTRE D'ARMAS À CIDADE DE PLANALTINA	18
1.1 A trajetória de Mestre d'Armas no final do século XIX e sua inclusão ao Distrito Federal.	24
1.2 O Centro Histórico de Planaltina e suas Praças	31
1.2.1 A Praça São Sebastião.....	31
1.2.2 A Praça Salviano Monteiro	33
CAPÍTULO II.....	39
PRAÇAS SÃO SEBASTIÃO E SALVIANO MONTEIRO: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	39
2.1. Conceitos e Fundamentação Teórica	42
2.1.1. Sobre o Conceito de Patrimônio.....	42
2.2. A Trajetória do Patrimônio no Brasil	45
2.3. Os Modernistas e as Questões do Patrimônio.....	46
2.4. Memória e identidade na construção da história	48
2.5. O Patrimônio do Centro Histórico de Planaltina	52
2.5.1. A Igreja de São Sebastião.....	52
2.5.2. Casarão de Dona Negrinha.....	57
2.5.3. Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF).....	58
2.5.4. O Casarão Azul	59
2.5.5. 2.5.5 A Casa das Artes	60
2.5.6. Colégio Franciscano Irmã Assunta	62
2.5.7. Casa do Idoso	63
2.5.8. Hotel O Casarão	64
CAPÍTULO III	67
EMBATE POLÍTICO E SOCIAL SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE PLANALTINA ..	67
3.1 Festa do Divino Espírito Santo	72
3.2 A Folia de Reis	73
3.3 A Via Sacra.....	74
3.4 A Folia de São Sebastião	75
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

Este estudo é o resultado de pesquisas realizadas sobre o patrimônio histórico e cultural da Região Administrativa do Distrito Federal (RA) VI¹, existentes nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro, nos anos de 2012 e 2013, para o Mestrado em História Cultural da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e tem como título *Patrimônio Histórico e Cultural de Planaltina DF²: Memória e Identidade Social*.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a relação dos moradores de Planaltina com o patrimônio Histórico e Cultural existente nas praças São Sebastião e Salviano Monteiro como memória e identidade social.

Esse patrimônio está representado pela Igreja São Sebastião, o Casarão de Dona Negrinha, o Museu Histórico e Artístico, o Casarão Azul, a Casa do Idoso, a Casa das Artes, o Hotel O Casarão e o Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta.

Dessa forma, algumas questões são apresentadas como problemáticas na busca de entender nosso objeto de estudo. Qual a importância desse patrimônio para a população de Planaltina? Quais as políticas do Estado para a conservação desse patrimônio? Como a sociedade local se organiza para defender esse patrimônio?

Entendemos que pesquisar é dar sentido as nossas inquietações sobre determinado fenômeno, além de ser uma “atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO, 1994, p. 17). Nesse sentido nossa pesquisa é de caráter qualitativa, pois visa analisar os processos dinâmicos vividos pelos moradores da cidade de Planaltina e não há um rigor epistemológico aplicado geralmente nas pesquisas quantitativas, permitindo dessa forma que o pesquisador possa usufruir de uma liberdade teórico-metodológica nos seus questionamentos e na coleta de dados.

Assim, no decorrer dos anos de 2012 e 2013, realizamos a coleta de dados a partir da observação, aplicação de questionários e entrevistas. Na atividade de observação, andamos pelas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro, a fim de manter contato mais próximo dos objetos analisados e de nos aproximarmos do cotidiano dos moradores.

¹As cidades pertencentes ao Distrito Federal, antes conhecidas como Cidades Satélites, passaram na década de 1990 a denominação de Regiões Administrativas. Todas elas possuem uma Administração local a cargo de um Administrador. Porém são subordinadas ao governador do DF.

²Aqui se usa sempre Planaltina do DF para distinguir de Planaltina de Goiás.

A aplicação do questionário foi realizada na rodoviária de Planaltina, por se tratar de um local de grande concentração de pessoas e de um público diversificado, composto por jovens e adultos, além de termos moradores de outras localidades de Planaltina, não se limitando apenas ao Centro Histórico, a ideia era perceber o olhar sobre o patrimônio de Planaltina de pessoas que moram afastados do Setor Tradicional. Responderam as perguntas trinta e oito pessoas, entre homens e mulheres, a escolha foi alheatória sem nenhum critério pré-estabelecido. O questionário é composto por dez perguntas, sendo nove questões fechadas com duas opções, nas quais o informante marca “sim” ou “não”; e uma questão aberta, que permite uma resposta particularizada de cada participante, com maior liberdade para expor seu ponto de vista.

O objetivo da escolha da aplicação do questionário foi colher as informações sobre o posicionamento dos moradores de Planaltina em relação ao patrimônio histórico e cultural situados nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro. As entrevistas não seguiram uma padronização rígida justamente para garantir uma margem maior de liberdade aos entrevistados para responderem as questões levantadas.

Entre os entrevistados foram selecionados moradores, professores da Universidade de Brasília – UNB, representantes da Administração de Planaltina e uma entrevista com a presidente da Associação dos Amigos do Centro Histórico, Simone Macedo.

Os entrevistados que assinaram uma autorização, tiveram seus nomes revelados, já os que não permitiram essa revelação, foram preservados, sendo divulgadas apenas as iniciais dos seus nomes. Essas entrevistas estão apresentadas ao longo da pesquisa, sendo que somente a fala da Simone Macedo está no apêndice desse trabalho também com sua autorização. Essas entrevistas permitiram dar voz a pessoas que muitas vezes nunca tiveram a oportunidade de expressarem suas ideias sobre a sua cidade e os patrimônios, como também permitiram revelar memórias e histórias nas suas narrativas.

O trabalho está dividido em 3 capítulos, esquematizados da seguinte forma: no Capítulo I - DO ARRAIAL DE MESTRE D'ARMAS À CIDADE DE PLANALTINA, apresentamos um estudo sobre o surgimento do Arraial de Mestre d'Armas até sua transformação em cidade satélite do Distrito Federal. Os estudos de Bertran (2005) e Castro (1986) foram fundamentais e contribuíram para compreendermos o surgimento da Vila de São Sebastião de Mestre d'Armas.

No Capítulo II -PRAÇAS SÃO SEBASTIÃO E SALVIANO MONTEIRO: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE, apresentamos algumas reflexões a partir dos estudos dos autores: Choay (2006), Rodrigues (1998), Ribeiro (2005), Le Goff (2003),

Benjamin (1987), Chartier (1990), Pesavento (2005), Fonseca (2005), Bosi (1994), Barros (2005), Horta; Del Priori (2005), Castriota (2009) e Magalhães (1998). Esses autores foram fundamentais, pois trabalham o papel do historiador na interpretação da história, as novas possibilidades de estudos a partir da história cultural, os conceitos de patrimônio e monumentos, o surgimento do debate sobre patrimônio no Brasil e o uso do patrimônio como memória e identidade social.

No Capítulo III - EMBATE POLÍTICO E SOCIAL SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE PLANALTINA, tratamos do embate político e social no Centro Histórico de Planaltina, a partir dos resultados das entrevistas e da tabulação dos dados alcançados com a aplicação do questionário.

A pesquisa demonstrou que existem falhas nas políticas de preservação, que parte da população reconhece os monumentos como patrimônio histórico e cultural, mas ainda demonstram pouca capacidade de organização na sua defesa e que as ações da Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, da Universidade de Brasília, da Rádio Utopia e da Academia Planaltinense de Letras, são importantes manifestações de defesa do patrimônio de Planaltina.

E por fim, entendemos que este estudo, longe de ter a pretensão de esgotar o tema, propõe-se a contribuir para a ampliação de reflexões sobre os desafios que perpassam os conflitos sociais, na difícil missão da conservação do patrimônio como memória e identidade social.

BRASÍLIA

Nascente de um sonho
Bem debaixo de m céu azul
Onde olhamos com confiança
Porque tu és a capital da esperança

O teu hino é uma oração
Que temos orgulho de cantar
Mostrando a todas as nações
Que viemos para ficar

Os canteiros são floridos
Onde não podemos pisar
As ruas interrompidas
Para ir e voltar
Mas mesmo assim, Brasília
Foi onde escolhemos para morar

(Geralda Maria Vieira, presidente da Academia Planaltinense de Letras)

CAPÍTULO I

DO ARRAIAL DE MESTRE D'ARMAS À CIDADE DE PLANALTINA

É muito comum a ideia de que Brasília foi erguida sobre um Planalto vazio, demonstrando que ainda é pequeno o interesse pela história dessa Região, que hoje abriga o Distrito Federal. Esse fato aumenta o grau de dificuldade de novas pesquisas, mesmo sabendo que o papel do historiador profissional é por si só um desafio constante de investigação e de recuperação de documentos que muitas vezes não responde todas as questões.

Antes da chegada dos bandeirantes em Goiás, esse imenso território era habitado pelos povos indígenas dos grupos Macro-Jê e as tribos dos Xavantes, Xacriabás, Xerentes, Canoeiros, Carajás, Caiapós e Goiá, do qual herdou o nome. “Os índios Goiá, parece, foram grande nação, ocupando Minas e Goiás no século XVII, foram totalmente exterminados pelos Caiapós antes da Conquista” (BERTRAN, 2005, p.26). Estes grupos formavam a população humana que se adaptaram às formações abertas, típicas das áreas de Cerrado.

A história da ocupação de Goiás está intrinsecamente relacionada com a busca pelo metal precioso, assim a partir do fim do século XVII e início do século XVIII as primeiras minas foram encontradas nesse território.

As expedições, bandeiras ou entradas como eram conhecidas, foram intensificadas na Região e tiveram fundamental importância para a exploração do interior do Brasil. Algumas lendas atiçavam a imaginação destes aventureiros, como a busca pela lagoa de riquezas que aparecem nas lendas portuguesas ou a Sabarabuçu, uma “serra Resplandecente, imaginada pelo português quinhentista como uma montanha de ouro perdida no interior profundo do Brasil, coroada por uma crista rochosa de esmeraldas” (BERTRAN, 2005, p.47).

Sobre essas expedições na Capitania de Goiás, relatos apontam que em 1592 os primeiros bandeirantes, saindo de São Paulo, partiram na direção de Guáyases, liderados por Sebastião Marinho na busca do eldorado (CASTRO, 1986). Mas, a possibilidade de outros viajantes terem chegado a essas terras antes desta data deve ser considerada, pois como alerta Bertran, “Por hipótese, qualquer português embarcado no São Francisco, no Prata ou no Amazonas, pode ter chegado a qualquer desses mesmos destinos sem maiores impossibilidades potamográficas” (2005, p.32).

A presença colonial em Guáyases, para Castro também pode ser percebida nos anos de 1613 e 1615, pois:

Ali teriam ido prear indígenas as bandeiras de Perô Domingues e Antônio Pedroso de Alvarenga. Outras, organizadas com o mesmo objetivo, em meados do século tornaram os Rios Araguaia e Tocantins, este então denominado Paraupava. Citam-se, a respeito, os nomes de Francisco Ribeiro de Moraes e Francisco Lopes Buenavides, Manuel Correia, Sebastião Pais de Barro, Pascoal Pais de Araújo, Padre Antônio Rapôso e outros. [...] A mais conhecida dessas bandeiras é, porém, a que talvez em 1682 realizou às terras dos índios araés e goiás (que dariam nome à região), Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera ou “Diabo Velho”, que daria origem à lenda da existência, ai, das hipotéticas minas do Martírios assim denominadas por existirem, em pedra vizinha, marcas que foram tomadas pelos símbolos da crucificação de Cristo (CASTRO, 1986, p.197).

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera I (1683), e Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera II (1722), ganharam destaque como os principais exploradores de Guáiyases. Bartolomeu Bueno I percorreu a região atualmente conhecida como Cidade de Goiás e Anhanguera Filho, durante sua segunda expedição pela região, fundou vários “povoados como: Catalão, Caldas Novas, Ferreiro, Anhanguera, Vila Boa, entre outros” (CASTRO, 1986, p.17).

Assim, a colonização das terras de Goiás dar-se-ia a partir das descobertas do ouro na região, e perdurou aproximadamente entre os anos de 1725, quando Anhanguera Filho encontrou filões no Rio Vermelho, até meados de 1760. Em 1736 foi descoberta a Mina de Santa Luzia, atual cidade de Luziânia e, em 1746, as de Santo Antônio (Arraial de Crioulos-Couros), hoje cidade de Formosa, Trahiras, Peixes e Cocais.

Para Silva (2012) dentre os primeiros relatos oficiais sobre Mestre d’Armas, por tratar-se da ação de funcionários da corte que descreveram nas sumas quando por aqui passaram para cobrar os impostos nas vilas e nos povoados existentes na época, destaca-se a carta do Ouvidor Geral de Goiás, Antônio da Cunha Sotomaior a Dom José então rei de Portugal dirigida em 1758. Nesta faz referência a um local denominado de Mestre d’Armas, que não deixa claro se poderia ser uma Villa ou um Arraial, mas se constitui no primeiro registro oficial da história sobre essas terras. Outro documento que se refere ao local como Mestre d’Armas por volta de 1773 usa o termo para identificar um ribeirão com o mesmo nome.

A partir de 1770, com o declínio da mineração, há um claro deslocamento de pessoas para outras regiões. Assim, segundo Castro (1986), relatos apontaram que foi provavelmente na década de 1780, com essas mudanças advindas do esgotamento da mineração, que tenha se instalado na área onde atualmente encontra-se a cidade de Planaltina, um Mestre d’Armas³.

³ Profissional que trabalhava com ferro e outros metais, a designação de mestre era dada aos que ensinavam o ofício. BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. 5ª edição. Brasília: Verano, 2005.

Na verdade, não se pode confirmar em documentação a veracidade desses fatos e nem mesmo o nome desse profissional. Pois se o Ouvidor Geral de Goiás, Antônio da Cunha Sotomaior encaminhou uma carta a Dom José então rei de Portugal em 1758, já usando a denominação de Mestre d' Armas, então provavelmente o nome da Vila tenha sido herdado do ribeirinho.

No mesmo sentido nos aparece quando percebemos outras narrativas que encontrasse presentes nos dias atuais, como relatou Laerte Carlos de Alarcão⁴, morador de Planaltina em 1999:

A história verdadeira, do nome de Mestre D'Armas veio porque na zona rural [...] Então tinha ferreiros para consertar as ferramentas, porque era difícil. Esse baiano ferreiro, baiano quando não é ferreiro é alfaiate ou pedreiro, naquele tempo. E esse baiano chegou e localizou-se às margens esquerda do rio Mestre D'Armas, que é o São Bartolomeu e ficou conhecido ali [...] Ele é que consertava isso tudo, revolver, garrucha, porque não tinha revólver ainda, quando enguiçava ele falava: 'vai lá no Mestre D'Armas, vai lá no Mestre D'Armas, ele morava isolado todo Mestre D'Armas, e consertava as picaretas, as enxadas, as foices, as pás, mas não chamavam ele de ferreiro, chamavam ele de Mestre D'Armas'"(ALARCÃO, 2008, p. 29).

Assim, entendemos que a história é revivida pela memória coletiva e individual que constrói ou reconstrói suas variadas interpretações, mostrando, desta forma, uma história plural e mais próxima das pessoas que se reconhecem como personagem que narram essas histórias a partir dessas memórias.

Observando outra interpretação sobre a origem do nome Mestre d' Armas, deparamo-nos com a interpretação de Bertran (2005), que sugere que o nome Mestre d'Armas poderia ser uma referência a um armeiro, uma fazenda ou uma lagoa, não podendo ser confirmado com precisão, preservando assim seus mistérios. Mas é bom frisar que essa busca dos historiadores pela origem, pode estabelecer ligações com a história oficial tanto criticada pela historiografia atual.

Para Bloch (1994), essa preocupação dos historiadores pela busca da origem é equivocada, pois não deve ser entendida como o início da própria história. Percebe-se a marca de uma data de provável fundação de Mestre d'Armas a partir de um fiscal da coroa que se deslocava para fazer as cobranças dos impostos.

Assim, a ideia de origem demonstra algumas reflexões entendidas por Bloch (1994) como limitação da própria história. Ou como nos alerta Certeau (1994, p.34) “uma leitura do

⁴Entrevista concedida por Laerte Carlos de Alarcão ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente [...] em função de problemáticas impostas, por uma situação”.

As terras que incluíam o Arraial Mestre d’Armas pertenciam às Sesmarias⁵ de Manoel de Barros Lima e, posteriormente, foram divididas em outras. O que garantiu a Bernardino Joaquim de Souza Canabarro, em 1777, a propriedade da parte Oeste dessas terras, onde atualmente se localiza a cidade de Planaltina próxima ao Ribeirão Mestre d’Armas.

A maior parte das terras ficou para a família Gomes Rabello, o que preservou na história a versão de que foram os Rabellos que fundaram a cidade “os Gomes Rabello, fundadores de Planaltina, o seu tronco Alves Rabello e os Alarcão contam se entre as mais antigas e extensas famílias do Planalto, com enorme capacidade colonizadora” (BERTRAN, 2005, p. 158).

A região de Mestre d’Armas era extensa, seus limites se estendiam do Rio Maranhão, que abrange o limite Norte do atual Distrito Federal e uma parte do Estado de Goiás até o Córrego Vicente Pires, nas mediações da cidade que conhecemos atualmente como Núcleo Bandeirante. É importante ressaltar que, na época, todo esse território era predominantemente ocupado por fazendas produtoras de alimentos para subsistência e se dedicavam à criação de gado, aves e porcos.

Sobre o surgimento do Arraial de São Sebastião de Mestre d’Armas conta-se que em 1811 a população dessa Região, sofrendo de uma epidemia e sentindo a gravidade da situação, fez uma promessa para São Sebastião, prometendo-lhe que seria doado um pedaço de terra para a construção de uma capela caso a comunidade fosse livrada daquele mal. Após o milagre ser alcançado, as famílias Gomes Rabello e Carlos Alarcão realizaram a entrega solene das terras ao vigário de Santa Luzia em agradecimento, sendo celebrada uma missa no dia 20 de janeiro de 1811.

Não foram encontrados documentos da época que afirme que tipo de doença teria afetada a população que vivia nessas fazendas antes da criação do Arraial de São Sebastião de Mestre d’Armas. Algumas doenças que já eram conhecidas nas cidades mineiras no século XIX como: malária, diarreias, sífilis, hepatite, pneumonia, coqueluche, tuberculose, varíola, catapora, sarampo e uma ampla gama de febres, como a tifoide, terçãs, ou as inflamatórias intestinais, espalhavam-se através das pequenas comunidades, pelo contato.

⁵ “Terrenos incultos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, a pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de prazo previamente estabelecidos. [...] No Brasil elas assumiram feições peculiares, transformando-se em grandes latifúndios”. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.380.

Voltando as cartas remetidas ao rei de Portugal, elas não descreviam uma possível forma de convívio social em Mestre d' Armas que poderia ser próxima de uma vila ou arraial em 1758, descartando assim, a possibilidade de uma epidemia tão devastadora. Essa narrativa sobre a construção da capela foi sendo passada de geração a geração, na região, marcando até os dias atuais o imaginário da fundação da cidade. Não por menos a Igreja foi erguida pelas famílias tradicionais da época, os mais abastados economicamente.

Assim, a historiografia planaltinense aponta que com a entrega da Capela de São Sebastião, algumas famílias construíram suas casas ao redor, mantendo o espaço da Praça que leva o mesmo nome da Capela. Mesmo tendo suas propriedades no campo, foram se estabelecendo e criando uma maneira peculiar de viver na região. Conforme relata Francisca Guimarães de Mello, os moradores “tinha casa na cidade e morava na fazenda, iam para as festas e tinham as suas casas e os que não tinham, alugavam. Às vezes iam para casa dos parentes, mas sempre tinham casa na cidade”⁶ (MELLO, 2008, p. 25).

Nessa época e durante muito tempo, a vida religiosa em Mestre d'Armas não era diferente dos outros lugares interioranos da Colônia, os padres eram desobrigados de permanecerem nas vilas e compareciam de vez em quando, geralmente, em momentos de festas e de celebrações das famílias. Como nos afirma outra moradora, Maria Violeta Guimarães “só da gente não saber quando vinha padre aqui, às vezes, não sabia assim o dia certo, quando foi à festa do Divino, sempre tinha marcado o padre já sabia, vinha para celebrar a missa”⁷ (GUIMARÃES, 2008, p. 25).

Durante os anos que se passaram, a administração do território de Mestre d' Armas era disputada pelas Vilas de Santa Luzia (atual cidade de Luziânia-GO) e de Couros (atual cidade de Formosa-GO). Esta situação contenciosa provocou, por várias vezes, a alteração do nome da cidade, e estava relacionada às cobranças de impostos e às disputas de políticos dessas regiões, e que pode ser percebida a partir dos seguintes relatados:

Em 1843, a lei Provincial nº 3 criou o Distrito de Paz de Mestre d' Armas, passando sua administração à Vila Formosa da Imperatriz. 1863 por interferência dos habitantes do Distrito de Paz de Mestre d' Armas, sob a liderança do Capitão João Gomes Rabelo e do Alferes José Cleto Carlos de Alarcão e por força do art. nº 11 da Lei Provincial nº 354, o Arraial passou a pertencer à Comarca de Santa Luzia. 1866 Lei Provincial nº 388 reincorpora ao Município da Vila Formosa da Imperatriz em 1867 um abaixo assinado dos habitantes pede novamente sua incorporação ao Município de Santa

⁶ Entrevista concedida por Francisca Guimarães de Mello ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

⁷ Entrevista concedida por Maria Violeta Guimarães ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Luzia. 1891 o Distrito Mestre d' Armas foi elevado á categoria de Vila pelo decreto nº 52, assinado pelo Vice-governador Bernardo Antônio de Faria Albernaz, com o desligamento de Formosa (CASTRO, 1986, p.24).

Essas mudanças, de certa forma, ajudaram a montar o cenário político de Mestre d' Armas. Segundo o senhor Mário César de Sousa Castro, morador de Planaltina⁸:

Essa luta de Planaltina querendo ficar com Luziânia, Formosa querendo o comando de Planaltina, vez por outra o comando ficava mesmo em Formosa ou em Luziânia é claro, as pessoas que tinham liderança aqui em Planaltina, antes Vila Mestre D'Armas, Sítio de Mestre D'Armas, é Arraial Mestre D'Armas, essas pessoas faziam movimento em Planaltina para que a cidade fosse comandada por Luziânia, faziam abaixo assinado, iam a luta, participavam de reuniões lá no Passo Municipal de Santa Luzia, no conselho municipal ou da Vila e eles iam lá participar das reuniões dizer 'olha, Planaltina tem essa solicitação, essa reivindicação' e naturalmente que a política nasceu dessa participação dos bons amigos em querer manter Planaltina ligada a Luziânia (CASTRO, 2008, p. 35).

A Vila Mestre d'Armas ainda teve seu nome alterado para Vila de Alta-Mir em 1910 e, em 1917, passa a ser denominada de Vila de Planaltina, tornando-se cidade de Planaltina em 1938. Essas mudanças de nomes são entendidas pelos estudiosos da história local, como signatárias das trocas de domínio político da cidade (CASTRO, 1986).

Sobre os costumes e a forma como os habitantes viviam em Mestre d' Armas poucos estudos registraram esses fatos. Com relação à alimentação, sabemos que alguns alimentos que faziam parte do cardápio dos primeiros moradores de Mestre d'Armas, ainda na atualidade são encontrados em pequenos restaurantes da cidade de Planaltina respeitando o tempo e o espaço que separam as sociedades dos séculos XVIII, XIX e XX (BERTRAN, 2005).

No início, produtos da caça, sobretudo o veado, antas, capivaras, tatus e da pesca, em suas diversas espécies. Entre outros alimentos estavam a farinha de milho, sendo esta a base da alimentação goiana durante séculos; a mandioca, a abóbora, o trigo, o toucinho de porco, a galinha, o frango, ovos e as partes da vaca, como: língua, cabeça, miúdos e carne-seca. Alguns frutos de coleta natural da terra, como o palmito da guabiroba, goiaba, laranja e a banana. Rapadura, aguardente, melão e mel, sendo o feijão, o arroz e o sal produtos escassos e caros (BERTRAN, 2005).

⁸Entrevista concedida por Mário César de Sousa Castro ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: Planaltina: um referenciamento de fontes. Cadernos de pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

1.1 A trajetória de Mestre d’Armas no final do século XIX e sua inclusão ao Distrito Federal.

Em 1892, o então Presidente da República Floriano Peixoto, em cumprimento à Constituição, nomeia a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil ou Comissão Cruls, que foi dividida em quatro grupos, chefiada respectivamente por Augusto Tasso Fragoso, Luiz Cruls, Julião de Oliveira e Henrique Morize.

A 9 de junho de 1892, no Rio de Janeiro, a Comissão embarcou de trem de ferro - “Companhia Mogyana”- com destino a Uberaba (Minas Gerais), naquele tempo, ponto terminal da linha férrea. Na cidade mineira organizaram a viagem e reuniram todo o material necessário ao empreendimento: mantimentos, animais de carga, barracas, entre outros. Somente no final do mês de junho é que conseguiram partir para o sertão desconhecido com destino a Pirenópolis (Goiás) (FERREIRA NETO, S/d, p.9).

Em 1º de agosto, a Comissão chega a Pirenópolis, nessa ocasião é dividida em dois grupos, o primeiro chefiado por Luiz Cruls seguirá o caminho direto para Couros (Formosa) e o segundo também com destino a Formosa teve a incumbência de passar por Corumbá, Santa Luzia (Luziânia) e Mestre d’Armas (Planaltina)⁹, fazendo o levantamento de todo o itinerário percorrido (CRULS, 1995).

⁹ Aqui, foi colocado o nome que as cidade são conhecidas atualmente para facilitar o entendimento dos leitores.

Ilustração 01 – Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil ou Comissão Cruls, 1892.



Comissão Exploradora da futura Capital Federal, sob o comando de Dr. Luiz Cruls, que definiu a localização do mesmo em 1892. Aparece no grupo um guia da região: Viriato de Castro à direita.

Fonte: (Disponível em: www.usinaarteliteraria.blogspot.com.br)

Foi a equipe chefiada por Luiz Cruls que passou por Mestre d' Armas em 30 de agosto de 1892. Sobre Mestre d' Armas a Comissão descreve a seguinte impressão, “villa pouco atrahente mas de contornos assaz agradáveis: contudo, achamol-a abaixo da opinião que d'ella formáramos por ouvir dizer”(CRULS, 1995, p.69).

A equipe chefiada por Augusto Tasso Fragoso, também esteve em Mestre d'Armas e assim relataram:

Da Lagoa Formosa dirigimo-nos para o arraial Mestre d'Armas. A estrada que trilhamos vae até o córrego Lambary na direção W e d'ahi até Mestre d'Armas sempre ao rumo Sul. [...] Em Mestre d'Armas separamo-nos do Dr. Cruls e continuando pela estrada de Pyrenopolis a Formosa, fomos acampar no Sobradinho, ajuntamento de moradores, 16 kilometros distante do referido arraial (CRULS, 1995, p.164).

A Comissão demarcou um quadrilátero de 14.400 km², que incluía “a cidade de Corumbá e o Itiquira, em Formosa. Os limites do DF tinham as cidades de Formosa a leste, Pirenópolis a oeste e Santa Luzia (Luziânia) ao Sul” (ELEUTÉRIO, 2013, p. 57). Em 1894, a Comissão entregou o relatório de estudos e a demarcação da área que abrigaria a nova capital.

Durante os anos que se seguiram a Vila de Mestre d’Armas foi tomando contornos mais urbano e, em 1903, foram construídas a capela do cemitério e as pontes sobre os Rios Bom Sucesso e Maranhão e, em consequência, a canalização d’água. Em 1910 a Vila passou a se chamar Vila de Altamir, nesse mesmo ano uma lei determinou a proibição da criação de porcos na Vila como medida de higienização (CASTRO, 1996). Em 1917 o nome da Vila é novamente alterado, recebendo o nome de Vila de Planaltina.

A Vila recebeu energia elétrica em 1920, e suas avenidas foram alargadas, “estendera-se em 1921 a Avenida Salvador Coelho de modo a conectar as praças de São Sebastião e do Jenipapo (atual Praça Salviano Monteiro) principais centros da vida urbana” (IPHAN/DF, 2012, p. 35). Entre 1921 e 1931, a cidade vivenciou benfeitorias, tais como a abertura de ruas para o trânsito de automóveis, o lançamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal em 1922, a inauguração do Serviço Postal, a Fundação da Banda de música, a criação da Escola Rural do Torto, a inauguração do Grupo Escolar Brasil Caiado, as construções da Praça Salviano Monteiro, do Fórum, do Paço Municipal e da Cadeia Pública (1931). Esta última, inaugurada juntamente com o prédio da Prefeitura e, no ano seguinte, em 1932, a fundação da Escola Paroquial de São Sebastião (CASTRO, 1986).

Com a elevação de Planaltina à categoria de cidade, em 1938, outras obras foram realizadas na cidade. A exemplo: a estrada que liga Planaltina a Corumbá, realizada com o apoio da prefeitura de Anápolis e de doações de alguns moradores; a construção de uma pista de aviação, a ponte sobre o Rio do Arraial Velho e a colocação de um Coreto na Praça Salviano Monteiro (CASTRO, 1986).

Quanto ao cenário político de Planaltina, sabe-se que foi apenas em 1947 que tomaram posse o primeiro prefeito e os primeiros cargos administrativos jurídicos do município o que permitiu mais autonomia administrativa à cidade.

A mudança da capital do Brasil do Rio de Janeiro para o Planalto Central que já era assunto marcante no final do século XIX teve um pequeno esfriamento na década de 1930. Entretanto, em 1946, Planaltina recebeu a Comissão de Estudos para o estabelecimento do Distrito Federal, sob o comando do General Poli Coelho (CASTRO, 1996). Essa Comissão reafirmou os estudos da Missão Cruls e manteve o mesmo quadrilátero de 14.400 km².

A partir da década de 1960, com a inauguração de Brasília, Planaltina recebe recursos

financeiros e outras obras são realizadas na cidade dando início ao primeiro embate sofrido pelo patrimônio de Planaltina, o alargamento das avenidas, a destruição de algumas casas e a pavimentação das ruas. Como pode ser observado na imagem abaixo, datada de 03 de dezembro de 1963, observa-se a pavimentação nas ruas da cidade de Planaltina que marca os momentos de transformações do espaço urbano, alteração da paisagem e das relações sociais.

Ilustração 02 – Pavimentação das ruas de Planaltina em 1963.



Fonte: (Arquivo Público do Distrito Federal).

Essas mudanças estavam relacionadas ao modernismo implementado na construção da Nova Capital. “A nossa fórmula será: modernizar, nacionalizar, universalizar o Brasil. Ser brasileiro é ser moderno [...] o nacionalismo brasileiro é a posse da terra brasileira pelo espírito brasileiro [...] o espírito moderno” (ARANHA *apud* SILVA, 1997, p.62).

Assim, em 1965, o Administrador Regional, elaborou um Plano Diretor que previu o desenvolvimento urbano da cidade, com o objetivo de garantir uma ordenação estrutural capaz de comportar as diversas alterações realizadas a partir da transferência da Capital, marcando assim as transformações que começou a apagar as memórias da Villa de Mestre d’Armas, lembrando que a memória coletiva tem se tornado cada vez mais uma espécie de arma na mão do Estado que através de políticas, escolhe e manipula os fatos que devem ser lembrados e os que devem ser esquecidos. A exclusão ou o abandono de determinadas

memórias destrói parte da história, como afirma Bosi:

A memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (1994, p.19).

Outra ação que deixa clara a contribuição do Estado no apagamento da memória foi a mudança da data de inauguração da cidade de Planaltina em 19 de Janeiro de 1967, pelo decreto nº 571, a data de 19 de agosto passou a ser oficialmente o marco da fundação da cidade, alterando a data que, desde 1811, era comemorada no dia 20 de janeiro. Os motivos para essa mudança nunca foram evidenciados à população local. O dia 20 de janeiro é o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade, foi para homenagear esse Santo que os devotos ergueram a Igreja.

Nos anos seguintes, essas alterações periódicas ficavam mais evidentes com o surgimento de invasões no Distrito Federal que abrigariam os Candangos¹⁰ que vieram de vários estados do país. Em Planaltina os setores: Vila Vicentina, Setor Residencial Leste (Vila Buritis I, II, e III), Setor Residencial Norte A (Jardim Roriz) e o Setor Tradicional sofreram esse crescimento populacional.

Entretanto, os maiores impactos vieram a partir de 1989, com a eleição do governador Joaquim Roriz pelo Partido Trabalhista Renovador (PTR). O governador, na busca de apoio político das massas, estabeleceu uma política de cunho assistencialista e populista por meio de doações de terras públicas, muitas vezes distribuídas às populações vindas de outros Estados.

A política de atração de populações de outras regiões do país para o DF, adotada pelo governo Roriz nesta época, promoveu o crescimento urbano desorganizado, expandindo os espaços já existentes e criando novos bairros e cidades. A cidade de Planaltina viu o crescimento acelerado de sua população, com a criação de bairros como as expansões da Vila Buritis (Setor Leste), o Jardim Roriz e a Vila N. Sra. de Fátima (MARTINS, 1996, p. 12).

Dando ênfase a ideia de modernidade vinculada à Nova Capital, as casas mais antigas foram dando espaço às novas construções e grande parte das fazendas tiveram seus lotes divididos em pequenos condomínios residenciais. Esse crescimento foi visto em toda a área do Distrito Federal, notando-se que “das vinte e nove Regiões Administrativas existentes

¹⁰ São denominados de candangos os homens e mulheres que construíram Brasília.

atualmente, doze delas foram criadas entre 1989 e 1994” (OLIVEIRA, 2004, p.4), na gestão do governador Joaquim Roriz.

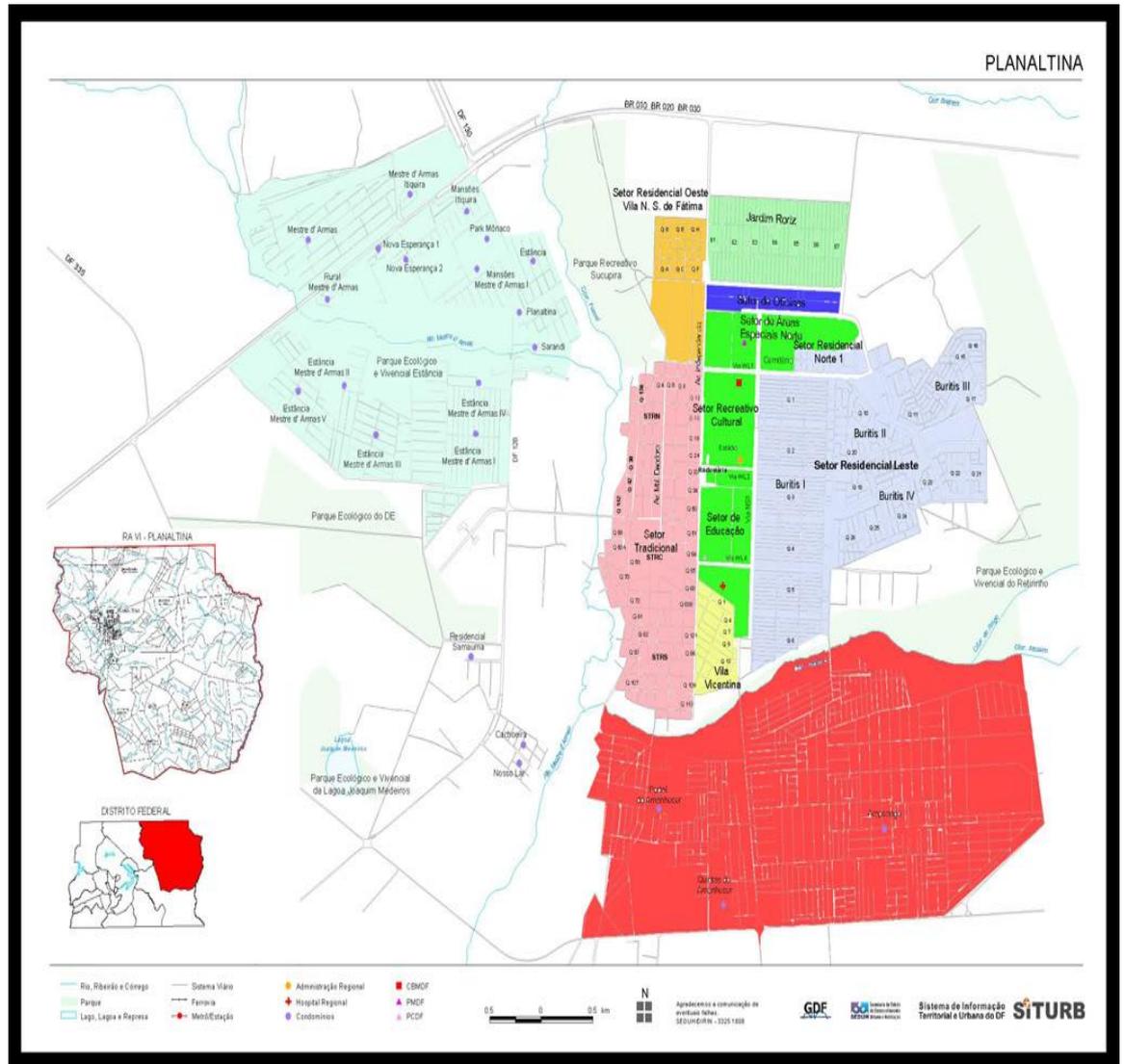
Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 1959 a população de Planaltina era de aproximadamente 5.889 habitantes, passando para 141.097, no ano de 2004. Em 2012 a população era de aproximadamente 230.000 habitantes (IBGE, 2004).

A ocupação de Planaltina foi modificando antigos costumes do povo goiano. A posse de terras nessa região era tradicionalmente organizada a partir de relações de parentesco. Depois da inauguração de Brasília a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) passou a desapropriar as terras, vendê-las e a distribuir áreas públicas e privadas. O resultado dessa política se fez presente, pois “As transações de terras promovidas pela (NOVACAP) causaram insatisfação e inconformismo aos proprietários goianos, uma vez que nem sempre as terras eram vendidas por um preço justo” (MARTINS, 1996, p. 17).

As mudanças ocorridas em Planaltina alteraram a organização dos espaços da cidade e das relações sociais, o que ocorreu também com o Setor Tradicional que, na atualidade, convive com os contrastes entre construções modernas e a conservação dos seus monumentos e de suas Praças representados pela Igreja São Sebastião, o Casarão de Dona Negrinha, situados na Praça São Sebastião e o Museu Histórico e Artístico, a Casa das Artes, o Casarão Azul, a Casa do Idoso, o Hotel O Casarão e o Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta, localizados na Praça Salviano Monteiro.

A seguir o mapa de Planaltina com a localização dos bairros:

Borda	Setor
	Tradicional
	Residencial Leste
	Residencial Oeste
	Residencial Norte
	Vila Vicentina
	Central
	Arapoanga
	Estância
	de Oficinas



Fonte: (<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php>)

É importante também lembrarmos que essa cidade não é feita apenas de monumentos e de casas, mas de grupos de pessoas que lutam para manter suas tradições goianas apesar da incorporação da cidade como Região Administrativa do Distrito Federal.

Portanto, falar de patrimônio histórico e cultural de Planaltina como memória e identidade social é um desafio que deve ser encarado com muito cuidado, pois trata-se de um legado rico de possibilidades de análise. Assim, para não correremos o risco, vamos fazer o recorte priorizando os monumentos presentes no Centro Histórico, situados nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro, não por julgarmos mais importantes, mas por entendermos que ficaria muito extenso para um estudo de mestrado abordar todo o patrimônio do Setor Tradicional.

O Centro Histórico de Planaltina está localizado no Setor Tradicional da cidade e é composto por vários casarões, pela Igrejinha de São Sebastião e pelo Museu Histórico e Artístico de Planaltina que remetem o período compreendido entre o final do Século XVIII e o início do Século XIX. Esse patrimônio está localizado nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro.

O objetivo desse trabalho é analisar os monumentos do Centro Histórico de Planaltina localizados nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro como patrimônio histórico e cultural que ajudam a revelar as memórias e as histórias da antiga Villa de São Sebastião de Mestre d' Armas fundada em 1811.

Pretendemos também dar oportunidade e ouvir outros atores que muitas vezes foram silenciados pela história tradicional arraigada nas vozes dos dominadores, dos descendentes dos coronéis que muitas vezes escreveram a única história que até hoje é repetida em varias Regiões do Brasil. Ouvir grupos que participam de movimentos culturais, pessoas que unidas formaram uma Associação de Amigos do Centro Histórico para a defesa desse patrimônio, profissionais da área de comunicação que prestam seus serviços na Rádio Utopia de Planaltina, professores do programa de extensão comunicação comunitária da universidade de Brasília, intelectuais, estudantes e pessoas que buscam uma visibilidade maior da sua comunidade e um reconhecimento de que seu bairro faz parte da história da cidade embora não seja tão antigo quanto o Centro Histórico, pessoas que são proprietários de casarões no Setor Tradicional e que com muita dificuldade, mantém o imóvel funcionando por entender seu valor histórico.

1.2 O Centro Histórico de Planaltina e suas Praças

1.2.1 A Praça São Sebastião

As praças das cidades são como nos alerta Certeau (1994), espaços onde o resultado das relações sociais dos habitantes se torna memorável, ou seja, sobressaem-se, sobretudo por ser um lugar de experiências, numa interação entre o espaço e sua gente. Assim, o estudo a partir das praças pode ser uma possibilidade de reconhecimento de sua importância como lugar de convivência social. Ou como nos atenta (HORTA; DEL PRIORE, 2005, p. 7) esses “lugares materiais ou não materiais, onde se encarnam e cristalizam as memórias de uma nação: uma bandeira, um monumento, uma igreja, uma imagem, um sabor; reconstrói-se, por essas memórias, a representação que um povo faz de si mesmo”.

A Praça São Sebastião é uma das áreas importantes para a história da cidade, pois foi nesse espaço que a Vila de Mestre d' Armas começou a ser formada com a construção da Igreja de São Sebastião.

Depois da doação das terras para a construção da capela, algumas famílias com melhores condições financeiras começaram a construir suas casas em volta da Igrejinha dando assim vida urbana à Vila. O fato das famílias morarem, na época, em fazendas e a dificuldade de transporte prejudicavam a ida à Igreja. Assim, como toda vila colonial, a Mestre d'Armas foi sendo erguida em volta da Igreja, o que lhe deu e dá importância como valor histórico de memória e identidade, além de permitir ao pesquisador contemporâneo entender a formação e organização urbana de Planaltina (CASTRO, 1996).

Desde seu surgimento, a Praça São Sebastião afirmou-se como um importante espaço, religioso. Atualmente ainda preserva a igrejinha, mas ganhando contornos impactados pela construção de Brasília, apresenta seu antagonismo paisagístico quando vimos ao centro, a Igreja de São Sebastião, cercada por concreto e asfalto, mantendo uma paisagem no mínimo estranha, sem a possibilidade de uma conexão mesmo que remota com o passado.

Muitas árvores foram plantadas na Praça permitindo sombra aos moradores, mas modificando sua memória paisagística. A Igreja tem em volta um gramado com algumas falhas devido à passagem de pedestres, à sua direita uma quadra polivalente, onde os jovens praticam esportes. E rodeando a Praça, as casas de alvenaria com grades imponentes, demonstrando que a tranquilidade de anos atrás não faz mais parte do lugar. A presença de visitantes é pequena, não existe na Praça um centro de apoio aos turistas, o que demonstra que apesar de algumas iniciativas do governo do Distrito Federal, ainda precisa ser feito muitos benefícios em prol da mesma.

Ilustração 03 – Praça São Sebastião, 2012.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 14 de julho de 2012).

Esse descaso pelo espaço da Praça ajuda a desvalorizar o patrimônio, a memória e a identidade social. Sendo importante destacar que “os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em patrimônio” (GONÇALVES, 2002, p.21).

1.2.2 A Praça Salviano Monteiro

A Praça Salviano Monteiro, conhecida pelos moradores como ‘Pracinha do Museu’, abriga o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, o Casarão Azul, o Hotel O Casarão, O Casarão Azul, a Casa dos Idosos e o Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta.

Durante os anos, a Praça se destacou como ponto de manifestações políticas e sociais, o que lhe atribui importância como espaço de sociabilidades e de memória, que nos permite compreender como ocorriam as relações sociais e políticas dos seus moradores.

Abaixo, podemos observar em uma imagem de 1954 como os moradores vivenciavam na Praça os eventos cívicos do período. Professores, alunos, políticos e a população comemoravam o dia da Independência do Brasil. Solenidade comum nas pequenas cidades,

realizadas pelas escolas e pelo poder político local e que era apreciado pelos moradores da região, como principais espectadores desses eventos.

Ilustração 04 – Praça Salviano Monteiro, cerimônia de comemoração ao dia da Independência em 1954.



Coreto da Praça Salviano Monteiro que era utilizado com retretas, serenatas e eventos políticos. Aí, os alunos realizam um evento de comemoração de sete de setembro, valorizando o dia da Independência e aniversário do lançamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal. 1954.

Fonte: Disponível em: (www.usinaarteliteraria.blogspot.com.br).

Na próxima imagem, outra cena do cotidiano que reafirma o espaço da Praça Salviano Monteiro como local de importantes manifestações populares e palco dos acontecimentos políticos, marcado pelo encontro do prefeito de Planaltina e de sua esposa a primeira dama com a população.

Ilustração 05 – Prefeito Ivo de Magalhães e primeira dama de Planaltina, 1963.



Fonte: (Arquivo Público do Distrito Federal).

Mas, além dessa característica política, a Praça também era ponto de lazer para os moradores da cidade, encontro de comerciantes, além de receber os viajantes que passavam por Planaltina a caminho de Formosa, algumas cidades da Bahia e de Minas Gerais.

Como rememora Dona Geralda Vieira¹¹ de 82 anos de idade, dona do Hotel O Casarão e presidente da Academia Planaltinense de Letras:

Na década de 1960 essas Praças eram muito movimentadas, vinham pessoas das obras de Brasília, viajantes que passavam por aqui indo para Minas ou Bahia, jovens (risos) que frequentavam a Churrascaria Ouro Verde, que era o nome do Hotel também que hoje se chama O Casarão. Na época do governo militar não podia fazer festas, só com a autorização da polícia e mesmo assim tinha horário para acabar, mas quando diziam que era na churrascaria Ouro Verde eles liberavam um pouco o horário, pois eles sabiam que eu controlava a moçada (risos). O hotel vivia cheio, o comércio era forte por essas bandas, mas hoje só nós resta as lembranças (VIEIRA, 2013).

Uma tradição nas cidades do interior de Goiás é a conversa dos moradores na porta de casa, segundo Dona Maria Violeta Guimarães¹²:

¹¹ Entrevista concedida por Geralda Vieira. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

¹² Entrevista concedida por Maria Violeta Guimarães ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: Planaltina: um referenciamento de fontes. Cadernos de pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Na Praça Salviano Monteiro, ali debaixo daquele jenipapeiro não sei se vocês viram, ali então, depois do almoço, como dizia as comadres, iam fazer as reuniões, os parentes, que era tudo parente para conversar, deixava as portas tudo aberta, roupas nos varais enxugando, você podia ir de uma casa para a outra, nada acontecia, tinha acontecimento nenhum (GUIMARÃES, 2008, p. 32).

Esses relatos nos levam, mais uma vez, a reafirmar a importância da Praça Salviano Monteiro como ponto de ancoragem de memória e identidade social. Entre os grandes acontecimentos políticos ocorridos na década de 1960 destaca-se a visita do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e comitiva a Planaltina. Para o Presidente era providencial a aproximação com a população, pois a cidade, pela proximidade do local onde estava sendo construída a Nova Capital, recebia os trabalhadores das obras da construção nos finais de semana. Por isso a cidade de Planaltina teve a oportunidade de receber o Presidente da República em outras cerimônias.

A presença do Presidente ficou registrada na lembrança de alguns planaltinenses, com relembra o Senhor A. F.:

Ainda me lembro quando eu era criança e o presidente Juscelino veio aqui, montaram um palanque de madeira e começou a subir muita gente em cima e de repente a armação cedeu e caiu todo mundo, sorte que era baixinho e o presidente não se machucou, risos [...] ¹³ (A.F., 2013).

¹³Entrevista concedida por A.F. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Ilustração 06 – Visita do Presidente da República a cidade de Planaltina.



Jk em Planaltina: Stella dos Querubins, Francisco Mundim Guimarães, Manoel Maria, Dr. João Correia, Israel Pinheiro, Gastão Pereira Salgado e Dr. Hozanah.

Fonte: Disponível em: (www.usinaarteliteraria.blogspot.com.br)

No decorrer dos anos, a Praça Salviano Monteiro sofreu muitas mudanças, tendo sido tombada pelo Decreto nº 6.939 em 1982, como patrimônio histórico do Distrito Federal. Mas apenas o ato do tombamento não garantiu a conservação da Praça, atualmente o local está precário; pois há falta de iluminação, os bancos estão destruídos, o piso está cheio de rachaduras e os jardins estão mal cuidados.

Algumas tentativas foram realizadas para a recuperação da Praça, mas a falta de políticas de conservação dos espaços públicos pelo governo do Distrito Federal, não permitiram o desenvolvimento das obras. Esse abandono e a falta de zelo destroem lembranças dos mais idosos, além de tirar dos mais jovens a possibilidade de reconhecimento das suas identidades.

Preocupados com esse descaso das autoridades, alguns professores tentam transmitir aos seus alunos a história da cidade, a fim de despertar-lhes o interesse pelo patrimônio de Planaltina.

Na próxima ilustração pode ser observado um grupo de acadêmicos da Faculdade Jesus Maria José, da disciplina de Ensino e Aprendizagem das Ciências Sociais, do curso de Licenciatura em Pedagogia, ministrada pelo professor Ederson Gomes de Oliveira. O grupo participa de uma aula *in loco* com o professor e radialista da Rádio Comunitária Utopia e morador da cidade, Leonio Matos, a convite do professor Ederson. Para o professor: “pequenas atitudes como essa, despertam nos futuros professores a importância de valorizar nossa história e ajudam a reafirmar a importância do nosso patrimônio como memória e identidade social”.¹⁴ (MATOS, 2013, p.1).

Ilustração 07 – Acadêmicos da Faculdade Jesus Maria José de Taguatinga (DF).



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 31 de agosto de 2013).

Ainda, segundo Matos, (2013) esse descaso se deve em parte pela própria relação que temos com os debates sobre patrimônio no Brasil, pois nossas leis foram criadas por grupos de intelectuais que representavam o pensamento da elite e de grupos políticos que valorizavam uma identidade nacional sem a preocupação com as culturas locais.¹⁵

¹⁴Entrevista concedida por Leonio Matos. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

¹⁵ A primeira Lei de proteção do patrimônio no Brasil é feita pelos modernistas a pedido do presidente Getúlio Vargas que busca uma representação de identidade nacional.

CAPÍTULO II

PRAÇAS SÃO SEBASTIÃO E SALVIANO MONTEIRO: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE.

O interesse pelas questões ligadas ao patrimônio, memória e identidades ainda é recente no meio acadêmico no Brasil. “O tema do patrimônio e a questão das políticas de preservação despertam pouquíssimos interesses entre os cientistas sociais no Brasil” (FONSECA, 2005, p.18). Dessa forma, a proposta de estudar o patrimônio histórico e cultural da cidade de Planaltina localizados nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro, além de satisfazer um interesse pessoal deste pesquisador, que desde criança, na década de 1980, visitava esses monumentos acompanhado pelos pais e irmãos nas tardes de domingo, ainda atende às necessidades de novas discussões sobre o tema na perspectiva da História Cultural.

Por outro lado, a escolha pelo patrimônio de Planaltina, deu-se pelo seu caráter de uso público, pelo seu destaque na paisagem urbana, sua importância como preservação de memória e pela história das pessoas que ali vivem e estabelecem vínculos de memória e identidade social, além de resgatar a história e a memória de uma cidade que ficou, de certa forma, esquecida depois da inauguração de Brasília.

Na busca da criação de uma imagem desenvolvimentista e progressista para o ato da construção de Brasília, a memória destas cidades de tradição goiana foi praticamente apagada da história oficial que se construiu para o DF. Com isso, grande parte dos testemunhos materiais da tradição tem sido descaracterizada e em grande parte destruída (MARTINS, 1996, p.7).

Essa descaracterização é constatada nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro de Planaltina, onde percebemos a substituição dos antigos casarões do final do século XIX e início do século XX por casas modernas. Uma visão que se pretende modernizadora que entende o campo como o lugar do atraso e a cidade o do progresso está presente no nosso imaginário e que, aos poucos, cooperam para o esquecimento da história e memória das cidades antigas (MAGALHÃES, 1998).

Preservar esses monumentos é dar a oportunidade às pessoas mais idosas de manterem suas histórias e memórias, e aos mais jovens de sentirem-se pertencentes a uma sociedade com suas particularidades ou identidade social. Reviver momentos do passado, através da memória, é uma maneira que os homens buscam para rememorar suas histórias

peçoais como um valor social enquanto membros de uma sociedade. O que é percebido claramente através das reivindicações de grupos étnicos na atualidade como forma de reconhecimento das suas identidades.

Nesse sentido, recorreremos às palavras de Pinheiro que afirma que preservar a memória é:

Respeitar a visão das pessoas que, de forma particular, apreendem esta memória e a vivenciam. Entender que é possível, portanto, preservar o ambiente urbano dotado de significado, que é percebido como parte de uma identidade, que tem interesse para um determinado grupo social ou bairro, ou mesmo uma determinada rua, e que é obrigação do estado estar atento a isso (PINHEIRO, 2002, p.151).

Consideramos, assim, que estudar o patrimônio histórico e cultural de Planaltina e entender a importância da sua conservação é permitir que os grupos de indivíduos que ali habitam e mantêm suas relações sociais tenham direito a voz, mantendo o diálogo entre patrimônio, memória e identidade, pois “deste resulta uma concepção de conhecimento histórico muito mais fértil para se evitar hierarquizações entre teoria e documentos, saber acumulado e possibilidades de aprendizagens, interpretações e experiências” (MAGALHÃES, 1998, p. 21).

Para o historiador, discutir a importância do patrimônio histórico e cultural é demonstrar a necessidade de romper com uma tradição presente nas pesquisas apresentadas até o final do século XX, que tratava as questões do patrimônio como fatores estéticos, apresentados nos estudos da história da arte, na arquitetura ou nos cursos de urbanismo. Foi a partir da aprovação do Decreto-Lei 3.551/2000, que regulamentou a política de reconhecimento e salvaguarda dos bens de natureza imateriais, que despertou o interesse de outros pesquisadores para as questões do patrimônio. Nos estudos históricos esse interesse está diretamente ligado ao crescente desenvolvimento das pesquisas culturais realizadas pelos historiadores da nova história cultural.

O papel do historiador na construção da História não é simples, e tratá-la como uma ciência com as particularidades que ela merece, é um desafio constante. “Estamos quase todos convencidos de que a história não é uma ciência como as outras – sem contar aqueles que não a consideram uma ciência” (LE GOFF, 2003, p. 17), e quando essa História é concebida através de fontes culturais, esse desafio parece ser ainda maior. O historiador precisa “pensar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16).

Assim, a História Cultural também sofreu críticas quanto a sua cientificidade, mas permitiu que a produção historiográfica desse voz a movimentos e pessoas que muitas vezes foram esquecidos pela história tradicional, demonstrando que a história “é um objeto de construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” (BENJAMIN, 1987, p. 229).

Dessa forma, a nova história cultural vem permitindo a ampliação de outros objetos de pesquisa,

Como a ‘cultura popular’, a ‘cultura letrada’, as ‘representações’, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de “cultura” (BARROS, 2005, p.2).

Ou como alerta Pesavento (2005, p.42): “pode-se dizer que a proposta da história cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar aquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”.

A partir desse paradigma as questões referentes ao patrimônio histórico e cultural, antes estudadas pela arquitetura, antropologia, sociologia, arqueologia entre outras ciências, começaram a receber olhares de historiadores. Dessa forma, cresceram os debates históricos sobre as questões relacionadas ao patrimônio e a preocupação com a preservação da história, memória e identidade de determinados grupos que, em muitos casos, tem valorizado o trabalho dos cientistas sociais e, principalmente, dos historiadores.

Assim, cabe aos historiadores essa difícil missão de entender o passado através dos patrimônios deixados pelos nossos antepassados. Afirmam Choay (1996), Fonseca (2005) que a leitura desses monumentos deve levar em consideração as relações sociais e culturais vividas por diferentes grupos nos seus momentos particulares. Deve-se incluir todos os “objetos da ‘cultura material’ e os materiais (concretos ou não) oriundos da ‘cultura popular’ produzida ao nível da vida cotidiana através de atores de diferentes especificidades sociais” (BARROS, 2005, p.6). Lembrando que não cabe mais o uso apenas das fontes escritas, numa sociedade que tem cada vez mais valorizado os movimentos culturais e sociais como forma de entender a história.

Além disso, a preocupação com os monumentos, tradições, festas e costumes com interesse de resguardar o passado, relembrar momentos da história e reafirmar identidades tem possibilitado o crescimento de bens tombados como patrimônio material e imaterial em

muitos países, alguns com o apelo à identidade nacional, outros com interesses econômicos, muitas vezes, ligados ao turismo.

2.1. Conceitos e Fundamentação Teórica

Na Região Administrativa de Planaltina, os monumentos existentes nas Praças São Sebastião e Salviano Monteiro formam um conjunto arquitetônico que ajuda a contar um pouco da história da antiga Vila São Sebastião de Mestre d'Armas inaugurada em 1811. Essa história aos poucos foi se perdendo, muitas vezes pelo esquecimento de memórias devido ao crescimento populacional, a expansão de novas áreas urbanas e a ampliação de avenidas, ruas, praças; intervenções que causaram demolições dos casarões antigos para dar vez às construções de casas mais modernas.

Nessa perspectiva, buscamos compreender o patrimônio histórico e cultural existente nessas Praças, tentando demonstrar sua importância como guardião de memória e identidade social. Para tanto, apresentamos algumas reflexões sobre os conceitos de patrimônio, monumento, memória e identidade.

2.1.1. Sobre o Conceito de Patrimônio.

O conceito de patrimônio, sempre mutante, desafia ao longo da história os interesses nacionais das ideologias vigentes, por isso, em muitos momentos, é perceptível essa mudança para servir a interesses diversos. Em princípio o termo estava ligado às questões de heranças familiares, como afirma Choay (2006, p.11):

Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.

Chama-nos a atenção o conceito de patrimônio trabalhado por Choay (2006), que o entende como sendo 'nômade' e de 'trajetória diferente e retumbante', muitas vezes ligado às ideias de reconstrução e de ressignificação que parece ser particular para cada época e sociedade, e que muda conforme interesses políticos, ideológicos, sociais e culturais.

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras

e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. [...] O patrimônio histórico e as condutas a ele associadas encontram-se presos em estratos de significados cujas ambiguidades e contradições articulam e desarticulam dois mundos e duas visões de mundo. (CHOAY, 2006, p.12).

Assim, entendemos que o estudo sobre o patrimônio deve levar em consideração que esse conceito “nômade”, vive em constante processo de transformação e de ressignificações, e embora atualmente haja uma preocupação maior relacionada ao patrimônio, não podemos esquecer que “ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2006, p.12).

Essa relação também nos mostra que as mudanças efetivadas nas Praças Salviano Monteiro e São Sebastião de Planaltina devem-se em parte pela ausência desses questionamentos. O patrimônio para ser preservado, precisa ser importante para a sociedade e ser reconhecido como parte da história dessa sociedade. O debate parece ter sido silenciado por confrontar-se com a inauguração de Brasília, cidade símbolo de modernidade.

No decorrer dos grandes acontecimentos históricos, como a Revolução Francesa, Inglesa, Industrial e as I e II Guerras Mundiais, o conceito de patrimôniocontinuousua trajetória de mudanças, significados e de valores. “A partir da Revolução Industrial o conceito de patrimônio histórico reveste-se de uma conotação universal e consagra-se como valor estético, surgindo às legislações de proteção do monumento histórico e consolidando a disciplina do restauro” (RIBEIRO, 2005, p.43).

A Revolução Francesa iniciou uma mudança importante em relação à conservação dos seus patrimônios. “Contudo, na França em revolução, a postura da reação assume outra dimensão e outro significado, político. Ela agora não visa apenas à conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, a totalidade do patrimônio nacional” (CHOAY, 2006, p.97). Assim, os revolucionários desapropriaram monumentos da Igreja, da monarquia e dos imigrados. Para Choay (2006) essas medidas que mudavam as propriedades de donos e de funções eram brutais e trouxeram graves problemas.

A formação dos Estados Modernos contribui com as concepções e as organizações dos bens denominados de patrimônio a partir dos seus valores culturais e como símbolos de identidade das nações.

No caso dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente de seu valor histórico, artístico, etnográfico etc., é o valor nacional, ou seja, aquele fundado em um

sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação (FONSECA, 2005, p.31).

Esse pensamento rompeu com a política estabelecida após a Revolução Francesa e demonstra que “Já na década de 1850, apesar do descompasso de sua industrialização, a maioria dos países europeus consagrou o monumento histórico” (CHOAY, 2006, p.127). Esse fato também aponta para a substituição dos estudos do patrimônio antes ligados aos antiquários pelos historiadores da arte e a ampliação do conceito de patrimônio histórico como algo que representa o passado e que, de certa forma, deve ser considerado como a marca de um determinado povo e pertencentes a uma identidade nacional.

A partir dessa ampliação do conceito de patrimônio, tornam-se essenciais as reflexões sobre a preservação dos patrimônios como memória e identidade de grandes ou pequenas comunidades, visualizando assim sua capacidade de representação social. Nesse sentido, a memória é entendida como parte da construção das representações sociais, ou como hipótese psicossocial da memória. Como nos lembra Le Goff:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (2003, p.419).

Choay (2006, p.18) destaca a relação dos monumentos com a memória, detalhando o significado da palavra em latim:

O sentido original do termo é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz a lembrança alguma coisa. A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dá uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória.

Portanto, quando relacionamos o monumento à memória, pensamos em *monumentum*, palavra derivada de *monere* que significa lembrar. Esse é o sentido primeiro dos monumentos, qual seja o de manter viva a lembrança, a memória, o retorno às histórias passadas, vividas coletivamente ou individualmente, eternizadas pelo patrimônio. Assim, ancorados nos monumentos, os homens marcam a construção do seu tempo, agregando-lhes valores sociais e culturais.

2.2. A Trajetória do Patrimônio no Brasil

No Brasil, a preservação do patrimônio começou a ganhar força tardiamente, no início do século XX, a partir dos debates proferidos por intelectuais de diversas áreas, envolvidos muitas vezes com o projeto de construção da identidade nacional.

Sendo assim, os primeiros debates que vem a público no país serão proferidos por intelectuais a partir de 1914. Faz parte desse grupo o engenheiro Ricardo Severo e José Marianno que proferiu uma conferência no âmbito de São Paulo e Rio de Janeiro em defesa das cidades históricas de caráter neocolonial. Outros movimentos partiram de intelectuais como Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade que, ao visitarem o Estado de Minas Gerais em 1916, publicaram alguns artigos na ‘Revista do Brasil’, demonstrando uma posição favorável e crítica em defesa dos monumentos de arte colonial (FONSECA, 2005). Em 1917, Wanderley Pinho, preocupado com a preservação dos monumentos históricos, propôs ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia:

Constituir a Comissão dos Monumentos e das Artes, voltada à proteção de monumentos públicos e edifícios particulares de valor histórico ou artístico, bem como objetos de arte de qualquer espécie. Caberia a mesma comissão catalogar o patrimônio histórico-artístico da Bahia (RODRIGUES, 1998, p. 86).

Esses movimentos cresceram em âmbito estadual e nacional a partir da década de 1920. Os Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco mobilizaram-se para criar a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais, com a função de proteção do patrimônio histórico. Na Bahia, esta se efetivou apenas em 1927, na Bahia e, em Pernambuco, em 1928, (RIBEIRO, 2005).

Na esfera nacional, Ribeiro (2005) informa que em 1923 o deputado de Pernambuco, Luís Cedro, apresentou um projeto na Câmara dos Deputados a favor da criação de uma Inspeção de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil. Mas, sem força política, acabou não aprovado. O mesmo insucesso se repetiu em 1925, com o deputado de Minas Gerais, Jair Lins, quando apresentou um anteprojeto de “inspiração francesa” que preconizava que “o valor do patrimônio vai além da materialização do passado, pois tem um potencial pedagógico” (RIBEIRO, 2005, p.49).

A tentativa de criação de um órgão responsável pelo patrimônio em nível federal apresentou outros projetos como o de Alberto Childe, professor e conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, encarregado de elaborar um anteprojeto de lei em

defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Este estudo, para a época, foi considerado inviável, pois sugeria a desapropriação de bens para a proteção (FONSECA, 2005).

2.3. Os Modernistas e as Questões do Patrimônio

A política nacionalista de Getúlio Vargas estabeleceu, nos anos de 1930, algumas ações em defesa da criação de uma identidade nacional. Desta feita, o Barroco mineiro ganhou importância no cenário nacional e o governo reconheceu a cidade de Ouro Preto como patrimônio brasileiro em junho de 1933. Essa atitude do governo foi vista com restrições, porque “apesar disto, este foi ainda um gesto simbólico já que este decreto não trazia consigo nenhum meio legal específico para a proteção do sítio urbano ou de seus monumentos individuais” (CASTRIOTA, 2009, p.21). Assim, Ouro Preto com seu conjunto arquitetônico do século XVIII foi preservado, representando o valor artístico e histórico que casava com os objetivos de Getúlio Vargas e dos modernistas como símbolo da identidade nacional, representado pelo Barroco mineiro.

Dessa forma, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) voltou-se para proteção dos monumentos barrocos e esqueceu as mudanças urbanas e arquitetônicas que ocorriam em Ouro Preto, que promoviam a perda de parte de sua memória e história. Como alerta Castriota (2009), isso se dava porque “o tombamento visa à proteção de monumentos de valor excepcional, valorizando edificações do período colonial, ao mesmo tempo em que legítima a moderna arquitetura brasileira, desconsiderando a representação do período entre o século XIX e XX” (RIBEIRO, 2005, p.52).

Os modernistas começavam a pensar numa arte nacional ou tipicamente brasileira a partir do Barroco mineiro, e foi assim que os olhos desses intelectuais se viram para o Estado de Minas Gerais e na busca por uma identidade nacional, a cidade de Ouro Preto se tornou monumento nacional em 1933. Para Castriota (2009), o tombamento de Ouro Preto considerou apenas o valor artístico, elegendo o Barroco como patrimônio e esquecendo ou apagando um século e meio de história para privilegiar apenas o valor estético, pois “na busca de um símbolo nacional, o SPHAN passa a executar uma ação de homogeneização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetônicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local” (CASTRIOTA, 2009, p. 8).

Dessa forma, percebem-se que os debates sobre o patrimônio no Brasil eram restritos aos governos e aos intelectuais, não cabendo aqui nenhum tipo de julgamento, apenas às

observações das escolhas que foram feitas e de como os conceitos foram se adaptando as ideologias vigentes.

Ainda sobre a cidade de Ouro Preto é perceptível o descaso com o patrimônio e a ausência de políticas capazes de manter a preservação com o desenvolvimento. Isso porque muitas vezes “o instrumento do tombamento está relacionado a conceitos de uma sociedade com critérios de valoração que representam a elite. Assim, pode-se afirmar que o instrumento protege o objeto e não o seu sentido” (ARANTES, *apud* RIBEIRO, 2005, p. 63).

Sendo assim, não se pode pensar em um patrimônio que não possui significado para uma nação ou sociedade e que não tenha a participação desses grupos, mesmo sabendo da dificuldade e da complexidade que exige o tema. Não podemos mais entender o patrimônio como um recorte político e ideológico como fizeram os modernistas, temos que incluir aos debates a importância do que queremos preservar levando em consideração que as cidades são feitas por pessoas e para as pessoas. “Assim, se a interpretação sobre o patrimônio cultural é, como dito anteriormente, um discurso, cabe aos formuladores a responsabilidade não só de criar, mas também direcionar a oratória” (COSTA, 2001, p. 337).

Outra medida tomada pelo governo Vargas foi a criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais, em 1934, que contou com o apoio do jornalista, político e historiador, Gustavo Barroso, responsável também pela criação do Museu Histórico Nacional. Em 1936, a pedido do então ministro da Educação e Saúde, coube a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens.

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, no governo do presidente Getúlio Vargas. Seu primeiro presidente foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que teve grande apoio de intelectuais do movimento modernista como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Cabia ao órgão a fiscalização, a proteção, a identificação, a restauração, a preservação e a revitalização dos monumentos, os sítios e os bens móveis do país, além da elaboração da legislação referente a essas questões. Portanto, “foi através dos tombamentos efetuados pela SPHAN que continuou a ser construído o patrimônio histórico e artístico nacional” (FONSECA, 2005, p. 14).

O Decreto-Lei nº 25/37, denominou de ‘patrimônio artístico e nacional’ o patrimônio brasileiro e instituiu no Art. 1º parágrafo 1º, tombamento como sendo “o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico e artístico, que se efetiva quando o bem é inscrito no livro do tombo” (SILVA, 2012, p. 126).

A partir de 1979, o SPHAN passou a receber o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, passando a possuir quatro Livros do Tombo, sendo um arqueológico, um paisagístico e etnográfico, um histórico e um de belas artes e das artes aplicadas. Divididos ainda em “bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos” (IPHAN, S/n).

Entre as ações do IPHAN podemos considerar o tombamento como um ato administrativo, que pode ser realizado em âmbito federal, estadual ou municipal, sendo o Instituto o responsável pelos tombamentos no nível nacional, torna-se passível de serem tombados “fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva” (IPHAN, S/n). Para o tombamento é realizada uma avaliação técnica preliminar, depois será feita uma notificação ao proprietário e, posteriormente, dar-se á aprovação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que será publicado no Diário Oficial da União. A partir daí, registra-se a sua inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários.

O desafio, no caso do Brasil, é gerenciar o patrimônio em todos os estados, assim para amenizar essa dificuldade, em 2009, através do Decreto nº 6.844 foram criadas as Superintendências Estaduais (BRASIL, 2009).

No Distrito Federal, o controle fica a cargo da Superintendência Estadual do IPHAN-DF que é o órgão responsável pelas políticas implantadas na cidade de Brasília, já as Regiões Administrativas recebem verbas da Secretaria de Cultura e de outras parcerias. Para Simone Macedo, esse foi o caso das restaurações da Igreja São Sebastião e do Museu Histórico e Cultural, que receberam verbas do FUNDURB um Fundo da Secretaria de Desenvolvimento e Habitação do Distrito Federal SEDHAB.

2.4. Memória e identidade na construção da história

O conceito de patrimônio que muitas vezes foi associado às heranças deixadas de pai para filho, representava não só o acúmulo de bens materiais, mas também a possibilidade de demonstrar particularidades familiares de identidade e de pertencimento, a um local, estado ou nação. “A condição de homem exige que o indivíduo, embora exista e aja como ser

autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo” (SCRUTON, *apud*, HALL, 2005, p. 48).

Stuart Hall (2005) apresenta um estudo sobre a *Identidade cultural na pós-modernidade*, chamando a atenção para uma crise de identidade no mundo moderno. Segundo o autor “estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 2005, p. 9).

Quando se percebe a identidade relacionada com o patrimônio em Planaltina, embora, às vezes, apresente características individuais, demonstra noções de coletividade, pois as Praças São Sebastião e Salviano Monteiro são locais de encontros e de relações sociais. Onde “as identidades, enquanto sensação de pertencimento são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual” (PESAVENTO, 2008, p. 64).

Sabendo que é por meio desse reconhecimento que se dá a transmissão e proteção do patrimônio como forma de reafirmação cultural e construção de identidades e é através da história que os homens se reconhecem como pertencentes ao mesmo grupo, pois “uma sociedade mal colocada em relação ao tempo é também uma sociedade mal colocada em relação ao sentido que se forma sempre na relação do antes e depois, do passado e do futuro”(CANDAUI, 2012, p.186). A dificuldade de preservação do patrimônio do Centro Histórico de Planaltina se dá pela falta de oportunidade que muitas vezes é negada à população de conhecer sua própria história.

Assim, tentamos entender as memórias coletivas e individuais, como papel importante no processo de construção da história e de afirmação da identidade, dos moradores de Planaltina, porque a memória ajuda a reencontrar o passado, a relembrar o acontecido que juntos formam representações da identidade. É importante ressaltar que como afirma Benjamin (1987) o ato de lembrar é sempre uma escolha seletiva do indivíduo e que a mesma facilidade que temos para lembrar dos fatos vividos, temos para esquecê-los e que lembrar não é viver novamente o passado, mas reconstruí-lo a partir das nossas reminiscências.

Portanto, a relação da memória com a história serve para “manter os vínculos entre o passado e o presente e, desta forma, garantir a continuidade da cultura e da identidade dos grupos” (RODRIGUES, 1998, p.84). Assim, é possível afirmar que a memória é uma percepção humana, seletiva e emocional que pode percorrer as histórias passadas como parte da nossa identidade, lembrando que um indivíduo sem memória, não teria capacidade de se reconhecer como pertencente a nenhum grupo ou sociedade, “Pois a percepção humana não é apenas uma simples gravação. Ela resulta da junção entre a capacidade de perceber e o indivíduo que percebe” (HORTA; DEL PRIORI, 2005, p.4).

A memória também é influenciada pelo meio, para Halbwachs (1980), as memórias são coletivas, baseadas em construções psíquicas e intelectuais, constituídas de representações de lembranças passadas que pertencem ao indivíduo que lembra, mas que são os grupos sociais envolvidos que determinam o que deve ser memorável. Ou seja, “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (1980, p.51).

A memória relacionada ao patrimônio tem feito parte do direito à cidadania, e tem sido representada muitas vezes pelos movimentos culturais: “E é por meio destes que ele conquista o passado que, muitas vezes, antes lhe fora negado” (RODRIGUES, 1998, p.84). Recorrer à memória é, portanto, uma forma de reconstruir a história ou parte dela.

Quando um indivíduo constrói sua história, ele se engaja em uma tarefa arriscada consistindo em percorrer de novo aquilo que acredita ser a totalidade de seu passado para dele se reapropriar e, ao mesmo tempo, recompô-lo em uma rapsódia sempre original. O trabalho da memória é, então, uma maiêutica da identidade, renovada a cada vez que se narra algo (CANDAUI, 2012, p.76).

Nesse sentido, a relação das pessoas com a memória está fortemente marcada pelos lugares de memória, pois “Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada” (PESAVENTO, 2008, p.4).

Nesta pesquisa, optou-se em classificar o patrimônio de Planaltina como histórico e cultural, por entender que todo patrimônio é uma herança histórica, e uma representação do passado, podendo ser tanto material ou imaterial, pois foram deixados como marca de um tempo vivido pelos nossos antepassados, como uma herança histórica, ou seja, “a noção não pode ser dissociada de um contexto mental e de uma visão de mundo” (CHOAY, 2006, p. 25).

É muito comum nas cidades históricas um visível confronto entre o passado e o presente. Nessa perspectiva, o velho é sempre caracterizado como atrasado ou tradicional e o novo como o futuro, ligado muitas vezes aos avanços tecnológicos. Não há uma percepção ou preocupação em entender que o novo também um dia será velho.

Mas, mesmo com todos esses antagonismos o que não se pode questionar é que o patrimônio considerado tradicional ou velho é a representação das nossas histórias, memórias e afirmação de identidades. Assim:

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidade coletivas,

quanto os recursos a que tem recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação (FONSECA, 2005, p.51).

Dessa forma, apresentar um estudo sobre patrimônio, memória e identidade na cidade de Planaltina vai de encontro com a dificuldade de (re) significar essas representações de uma sociedade tão heterogênea constantemente marcada por disputas e interesses políticos. Suas ruas, praças e alguns monumentos que consideramos como lugares de memórias vivem em constante ameaça.

Consideramos como dever do historiador da cultura esse olhar para a cidade, lembrando que “se a história se proíbe o passo inicial de falar de seu lugar, ela está proibida de ser história” (MAGALHÃES, 1998, p. 20). Assim, de qual Planaltina estamos falando? De uma Vila que surge no início do século XIX ou de uma cidade que é reinventada a partir da ideia de modernidade instaurada na inauguração da nova capital?

A Planaltina que analisamos é uma mistura de mitos, de lendas, de enigmas e, para não cairmos no descrédito, buscamos “exercitar a pesquisa histórica como reconstrução do conhecimento, com princípios educativos simultâneos aos de cientificidade, é importante, então, retomar o diálogo aberto entre história e memória” (MAGALHÃES, 1998, p. 21).

Passados mais de um século como província do Estado de Goiás, Planaltina foi incorporada às cidades satélites do Distrito Federal em 1960, para abrigar parte da grande massa que migra para o Centro-Oeste. Esse dualismo entre passado rural ligado ao Estado de Goiás e o presente urbano influenciado pela nova Capital com sua arquitetura moderna, apresenta características distintas que muitas vezes revelam o sentimento de descuido com o patrimônio histórico e cultural, com a preservação da memória e, conseqüentemente, com a construção da identidade. O que gera o esquecimento e o apagamento da memória, representando o poder do próprio Estado, pois:

O que se silencia, o que se relega ao esquecimento, o que se escolhe para guardar ou registrar, como, com quem e para quem se produzem e se preservam as diferentes memórias sociais é um processo mediatizado por relações de poder, sejam estas formalizadas institucionalmente ou não (MAGALHÃES, 1998, p. 22).

Bosi (1994, p. 19) percebe essas relações de poder como conseqüências de forças políticas. Quando pensa no tratamento dado a memória, a autora afirma que:

A memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança:

a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos.

Esse reconhecimento de uma disputa pela preservação da memória é intrigante e reveladora, pois:

Na metamorfose da memória dominante em vontade geral, outras memórias e experiências são silenciadas, o que mostra um espaço de lutas em que grupos dominados preservam outros poderes, mesmo que eventualmente ignorados, inclusive pela pesquisa histórica (MAGALHÃES, 1998, p.27).

Assim, a memória constitui um arquivo importante para a história mesmo sabendo que “a nossa capacidade de lembrar de algo é a mesma capacidade de esquecer” (DIEHL, 2002, p. 114).

2.5.O Patrimônio do Centro Histórico de Planaltina

2.5.1.A Igreja de São Sebastião

Ilustração 08 – Igreja de São Sebastião de 1975.



Fonte: (Arquivo Público do Distrito Federal)

A capela original foi provavelmente erguida no mesmo ano, com o suor e a mão-de-obra dos escravos negros. A doação foi confirmada em escritura datada de 1858. Em 1870, a nave da capela foi ampliada com a criação de sacristia e consistório.

A Igreja de São Sebastião, configurada por uma ocupação central e caracterizada por uma planta em alas, é implantada num terreno plano. Possui um pavimento com o pé direito duplo, acima do nível da rua, o que permitiu a construção de um mezanino no interior da parte oeste da Igreja. O acesso ao interior da capela pode ser feito por meio de uma entrada principal na fachada frontal (Oeste), uma entrada em cada ala do transepto e uma entrada em cada fachada lateral (norte e sul).

A Igrejinha foi sede da paróquia desde seu estabelecimento em 1811 até a construção da nova Igreja Matriz, em 1980. Em 1911, ela sofreu sua primeira restauração, operação repetida em 1983, 2003, 2011 e 2013. Foi sede da paróquia de 1880 até a construção da nova Igreja Matriz, em 1980.

Em fevereiro de 2007, um mourão (pedaço de madeira utilizado para amarrar cavalos) do século 19 foi arrancado e utilizado para fazer duas pequenas fogueiras a 40 metros da porta da igreja. A peça já estava bem desgastada e, depois do ocorrido, foi substituída por uma réplica” (CORREIO BRAZILIENSE, 2009, p. 11).

Em 1973, realizou-se o processo de tombamento nº 320.644/73 GDF. Inscrição no Livro de Tombo: GDF: Livro II Edifícios e Monumentos Isolados DePHA GDF, folha 001, inscrição nº 005, em 18/11/91, com o Decreto de Tombamento nº 6.940, de 19/2/82, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 19/8/82 (BRASÍLIA, 2013).

Uma igreja preservada não significa apenas um monumento religioso, como é o caso da Igreja de São Sebastião, mas um patrimônio histórico e cultural carregados de representações, sentimentos, lembranças de histórias e de identidade. Imagina quantos casais se uniram em matrimônio nesse espaço, as crianças que foram batizadas, os fieis que tiveram suas graças alcançadas, todos esses acontecimentos ajudam a entender a importância desse patrimônio como memória e história da população de Planaltina. Para Dona M.G. nascida em Planaltina 65 anos “Desde pequena minha mãe trazia eu e meu irmão nessa Igreja quando éramos pequenos, ela dizia que São Sebastião ia curar meu irmão”¹⁶ (2013).

Na próxima ilustração do Arquivo Público do Distrito Federal, datada de 24 de fevereiro de 1970. Percebe-se um grupo de políticos reunidos ao lado da Igreja, a imagem em preto e branco retrata bem os aspectos do prédio e do local, na época.

¹⁶Entrevista concedida por M.G. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Ilustração 09 – Praça São Sebastião e a Igreja São Sebastião, 1970.



Fonte: (Arquivo Público do Distrito Federal)

Segundo R. G. nascido em Planaltina (DF), 71 anos, “era comum à presença de políticos importantes em Planaltina a partir de 1958, quando começam a construção de Brasília, o povo já estava acostumado, com eles por aqui, depois da inauguração de Brasília eles não apareciam tanto”¹⁷ (2013).

Atualmente, a Igreja mantém sua função social e religiosa e apesar das inúmeras intervenções, ainda conserva sua planta praticamente inalterada. Depois de sua inauguração, em 1811, foi realizada uma ampliação em 1870, mas que não modificou de forma significativa suas características coloniais presentes no século XIX.

As próximas duas imagens recentes retratam a Igreja antes da restauração feita pelo governo do Distrito Federal em 2013. Para algumas pessoas, a restauração deixou a Igreja com aspectos bem diferentes de antes, “colocaram um cabo de aço no altar da Igreja em forma

¹⁷Entrevista concedida por R. G. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

de um X, nunca vi coisa tão feia, aquele cabo de aço aparecendo em cima do altar”¹⁸ (J. L. 2014).

Ilustração 10 – Igreja de São Sebastião, 2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 30 de novembro de 2013).

Ilustração 11 – Parte interior da Igreja, 2012.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 14 de julho de 2012).

¹⁸Entrevista concedida por J. L. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Segundo um representante da administração de Planaltina, “são dois cabos que cruzam a Igrejinha fazendo um travamento para que a estrutura não abra. Então a gente pode continuar tendo o prédio da Igrejinha, mas também mantendo plena segurança pra que não venha a ruir e nem a ferir alguém que esteja por dentro da Igrejinha”¹⁹ (V.N. 2014). De certa forma essas intervenções, são importantes para garantir a segurança dos fiéis e estão sendo realizadas porque a Igrejinha, mesmo tendo sido tombada como patrimônio do Distrito Federal em 1982, não recebia os cuidados necessários pelo poder público, como um bem tombado e protegido por lei.

Para outro entrevistado, “trocaram as tomadas de luz e colocaram umas de plástico, além disso, deixaram o quadro de energia aparecendo na parede, falta de cuidado com o patrimônio que é essa Igreja para Planaltina e para Brasília”²⁰ (A.S. 2013).

Simone Macedo, presidente da Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, “o que fizeram na Igrejinha não é restauração, é reforma, pois mudaram muita coisa do original, o piso, por exemplo, está todo desnivelado ao ponto de uma hora alguém cair dentro da Igreja, o Brasil ainda carece de mão-de-obra para fazer essas restaurações”.²¹ (MACEDO, 2013).

Internamente, a simplicidade da Igreja de São Sebastião mostra algumas características da época, como o uso da madeira nos bancos, cobertura e o forro do teto construído em madeira sem acabamento, não existindo ornamentações de ouro ou banhada a ouro, que ajudam a compreender o cotidiano e a situação financeira do povo da Vila Mestre d’Armas, que viviam em pequenas fazendas.

Uma estrutura de madeira mais firme serve como suporte que segura o teto, as luminárias, apesar do brilho, não são de ouro nem banhada a ouro e já foram substituídas algumas vezes, mas conseguem manter a iluminação interna, ajudada pelas janelas “a abertura mais elevada da fachada frontal é um óculo circular que permite a entrada e saída de ventilação e proporciona maior iluminação no interior da Igreja”. (IPHAN, 2012, p. 254).

No centro do altar encontra-se uma mesa sobre o piso de madeira um pouco elevado, característica de muitas igrejas, pois o padre como representante de Deus, deveria ficar em posição elevada em relação aos fiéis e ao fundo do altar, a presença das imagens dos santos

¹⁹Entrevista concedida por V. N. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

²⁰Entrevista concedida por A. S. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

²¹Entrevista concedida por Simone Macedo. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

representando a devoção e as homenagens dos fieis e um painel de São Sebastião pintado na parede ao lado direito do altar.

A Igreja foi restaurada em 2013 e entregue à sociedade em 2014, foram apontados aqui alguns detalhes desta nova restauração, tais como na parte interna da Igreja a colocação de interruptores de energia de plástico, no teto foi colocado um cabo de aço em forma de um X para segurar a estrutura abalada pela falta de manutenção do prédio. Um quadro de energia também está exposto no interior da Igreja, o acervo sacro ainda não foi devolvido, o camarote está com o teto torto e a pintura externa apresenta falhas que estão sendo corrigidas pela empresa responsável. No geral, mesmo tendo ocorrido algumas restaurações, o prédio apresenta alguns problemas estruturais, devido o abandono.

2.5.2. Casarão de Dona Negrinha

O casarão de Dona Negrinha, assim conhecido pela população é uma casa antiga presente na Praça de São Sebastião. Sua edificação é datada do dia 27/12/1945, sendo difícil precisar exatamente sua construção²².

O edifício apresenta muitos problemas em sua estrutura física tais como: rachadura nas paredes, infiltração, as partes de madeira estão apodrecidas ou corroídas por insetos, o telhado apresenta várias telhas quebradas e rachadas, demonstrando que se não houver uma interferência rápida a casa corre o risco de desmoronar. É com pesar que um morador recorda: “Lembro-me bem desse casarão, pois quando saíamos correndo pela Praça Salviano Monteiro, era onde ficávamos para dar um susto em quem vinha passando, é triste pensar que outras gerações não vão conhecer essa parte da nossa história, pois o casarão está muito mal cuidado”.²³ (L. M. 2013).

Na imagem seguinte, observa-se a má conservação do Casarão, percebem-se falhas no telhado, com telhas quebradas, algumas diferentes das outras, as vigas de madeira estão podres com presença de cupins, as portas de madeira apresentam também o desgaste próprio do tempo. A estrutura da cobertura está exposta é aparente por trechos de inexistência de forro. Entretanto, sem nenhuma política de preservação e de reforma o casarão encontra-se à venda. A Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina buscam parceiros que queiram comprar o imóvel, e a Universidade de Brasília também tem discutido a possibilidade de aquisição do casarão na tentativa de preservá-lo.

²²O Casarão está localizado no Setor Tradicional, na esquina da Rua 13 de Maio (Quadra 56 Casa 602), que cruza com a Avenida Salvador Coelho, próxima a Praça Salviano Monteiro, na esquina da Praça São Sebastião, sendo um importante bem histórico de Planaltina.

²³Entrevista concedida por L. M. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Ilustração 12 – Fachada externa do Casarão de Dona Negrinha, 2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 31 de agosto de 2013).

2.5.3. Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)

O edifício onde se encontra o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, inicialmente residência do Senhor Afonso Coelho Silva Campos e sua família, foi construído em 1905, e vendido posteriormente ao Coronel Salviano Monteiro Guimarães.

O tombamento do edifício aconteceu em 1973, ano em que abrigou uma exposição de objetos históricos de Planaltina. Esse evento promoveu o reconhecimento de Museu, iniciado pelo processo 321.013/73, que criou o decreto de 09 de Novembro 1973 que declarou a casa como espaço de utilidade Pública e de Interesse Social.

Para alguns moradores da cidade, o acervo do Museu não deve ser considerado como um bem da sociedade de Planaltina, pois não permite esse entendimento, devido demonstrar poucos registros do período colonial da cidade. Além de que o seu acervo é composto por fotos e utensílios que eram usados pelas famílias tradicionais da época, o que pouco ajuda a entender como viviam a maioria da população de Villa Mestre d'Armas ou do seu cotidiano.

O Museu não recebe muitos visitantes, pois na maioria das vezes está fechado. É comum encontrarmos pessoas interessadas em conhecê-lo nos finais de semana, mas que se deparam com as portas fechadas.

Ilustração 13 – Museu Histórico e Artístico de Planaltina Distrito Federal, 2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 14 de julho de 2012).

Na imagem acima permite a visão externa do Museu e demonstra que o prédio sofreu uma pequena reforma superficial em suas paredes e janelas, que receberam uma pintura nova. Atualmente, a Administração Regional de Planaltina é responsável pelo Museu, que fica aberto ao público para a visitação de segunda a sexta feira, mas permanece fechado nos finais de semana e feriados, períodos que poderia ser mais frequentado.

2.5.4. O Casarão Azul

O Casarão Azul data de 1921, foi usado como residência, hospedagem e hospital. Atualmente, abandonado, o Casarão resiste ao tempo. A fachada externa encontra-se em bom estado, mas em suas paredes apresentam pequenas rachaduras, que parecem ter passado por uma reforma inacabada, pois a parte de baixo da parede está com o reboco novo em relação à parte de cima. Percebe-se também que em algumas janelas os vidros estão quebrados. Enfim, aparência externa do Casarão denuncia seus problemas estruturais, provocados pela falta de manutenção.

Ilustração 14 – O Casarão Azul, 2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 31 de agosto de 2013).

Para um morador de Planaltina, “essa casa está abandonada, eu acho, porque não se vê pessoas por aqui, e as janelas estão quebradas, acho que foram os moleques que jogaram pedra nas vidraças, quando vejo isso, fico morrendo de dó”.²⁴(S.S. 2013).

2.5.5. 2.5.5A Casa das Artes

A Casa das Artes está localizada no Setor Tradicional, na Praça Salviano Monteiro. Há indícios que a construção desse edifício se deu por volta dos anos de 1926, é uma construção de tipo pós-colonial combinando características de plantas coloniais e ecléticas.

A casa foi usada como residência do Senhor Epaminondas da Silva Coelho que depois passou para sua filha Nilda Campos. Nos relatos dos moradores o edifício também foi, no passado, uma loja de tecidos e utensílios domésticos, para um dos nossos entrevistados:

Essa casa era um bar muito frequentado que passou por vários donos era onde os jogadores do time de futebol de Planaltina que chamava Vila se reuniam para beber, até o Garrincha jogador do Botafogo e da seleção Brasileira quando veio jogar o ultimo jogo da sua vida bebeu umas nesse

²⁴Entrevista concedida por S. S. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

bar. O bar foi do seu Joaquim e depois do Machado, vínhamos muito nesse bar quando éramos moços e ficávamos conversando até tarde (A. F. 2013).²⁵

Atualmente, a Casa das Artes encontra-se com a fachada externa apresentando várias rachaduras e parte da parede desfazendo-se, como pode ser observado na ilustração a seguir.

Ilustração 15 – A Casa das Artes2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 31 de agosto de 2013).

Nas portas laterais, percebe-se entre o piso e a parte inferior das portas, pequenas plantas brotando em contato com a terra, o que demonstra o abandono da edificação. Algumas portas apresentam fechaduras de metal, descaracterizando o estilo da construção. À frente da Casa das Artes encontra-se uma árvore típica da região, o Jenipapeiro, bastante apreciado pelos moradores locais, que não sabem informar com precisão quando foi plantado ali, mas afirmam que é bastante antigo. Devido sua importância na paisagem local, foi colocada uma placa na sua encosta.

Relatos dos moradores da cidade afirmam que esse edifício foi doado por uma ‘senhora beata’ que não tinha nem marido e nem filhos, para uma congregação de padres. A casa ficou durante muito tempo fechada e, ainda na atualidade, os planaltinenses não sabem ao certo quem é o proprietário desse imóvel. Como nos informa um deles: “De vez em quando

²⁵Entrevista concedida por A. F. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

aparece um rapaz aí, entra e abre um pouco algumas janelas, pois nem todas estão funcionando bem, algumas estão quebradas e se forçar pode quebrar”²⁶ (L. M. 2013).

2.5.6. Colégio Franciscano Irmã Assunta

O edifício do Colégio Franciscano Irmã Assunta, ocupa uma área extensa, a frente é toda gradeada e apresenta boa conservação, dentro existem salas de aula, salas de reunião, banheiros e até uma capela que era utilizada por alunos e professores.

Atualmente, o prédio é alugado para uma Instituição de Ensino Superior particular que colocou na fachada uma placa descaracterizando o prédio. Essa ação causou indignação à Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, como relata sua presidente, “já fiz uma reclamação à administração da cidade e como nada foi feito eu mesma liguei para o proprietário da Faculdade, falando que ele deveria retirar a placa, pois desfigura a originalidade da frente do casarão”²⁷ (MACEDO, 2013).

Ilustração 16 – Colégio Franciscano Irmã Assunta, 2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 31 de agosto de 2013).

²⁶Entrevista concedida por L. M. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

²⁷Entrevista concedida por Simone Macedo. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

2.5.7. Casa do Idoso

O edifício onde hoje se encontra instalada a Casa do Idoso foi construída no final do século XIX, por João Carlos de Alarcão. Na década de 1940, Salvador Ribeiro de Freitas, conhecido como Dôdo Ribeiro, comprou a casa. A mulher de Salvador de Freitas, conhecida como ‘Dona Morena’, em novembro de 1983, encontrava-se em estado terminal de saúde e, na ocasião, disse ao seu filho mais velho que gostaria que aquele fosse transformado em uma instituição que acolhesse os idosos de Planaltina e promovesse atividades direcionadas ao lazer para os idosos.

Depois de transformada então em Casa do Idoso e funcionando como a proprietária gostaria, a casa foi vendida à Legião Brasileira da Assistência (LBA), que ampliou sua gestão, a fim de melhorar os serviços prestados aos idosos, mas em entrevista, um dos netos da ex-proprietária, ressentido nos afirmou que “eu nasci nessa casa há 71 anos atrás, sou pioneiro, eu e meus irmãos vendemos essa casa para a (LBA), depois foram tantos rolos que hoje não se sabe quem é que explora as festas que acontecem ai e nem para onde vai o dinheiro”²⁸ (J.G. 2013).

As palavras desse morador denuncia o descontentamento de grande parte da população local com o que acontece atualmente nesse edifício que, ao invés de abrigar e atender idosos, se transformou em um local de festas que incomodam a vizinhança, com muito barulho na rua. Por isso, uma das principais reivindicações da comunidade, é que a casa seja destinada às atividades para os idosos.

²⁸Entrevista concedida por J. G. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Ilustração17 – Casa do Idoso, 2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 31 de agosto de 2013).

2.5.8. Hotel O Casarão

O edifício do Hotel O Casarão, possuía uma churrascaria, que era bastante frequentada segundo a atual proprietária principalmente nos finais de semana. Um dos pontos marcantes do Hotel foi em 1922 quando hospedou parte da Comissão do engenheiro Balduino Ernesto de Almeida que veio a Planaltina com o objetivo de assentar a Pedra Fundamental.

Em 1961, o Hotel recebia muitos hóspedes que trabalhavam na construção de Brasília e que viam a Planaltina em busca de entretenimento, pois a Capital, era apenas um grande canteiro de obras. Segundo Dona Geralda proprietária do Hotel o movimento era grande nos finais de semana, a Praça Salviano Monteiro era um dos locais preferidos onde “sábado virava aquela confusão, daquele povo que vinha todo pra cá... a gente trabalhava sem parar, era um movimento que era uma coisa doida”.²⁹ (VIEIRA, 2013).

Atualmente, parte do Hotel foi cedida para o uso da Academia Planaltinense de Letras (APL) cuja presidente é Dona Geralda Maria Vieira, que além de proprietária do Hotel é também escritora e amante dos livros. Dona Geralda, diante das dificuldades para levar avante

²⁹Entrevista concedida por Geralda Vieira. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

seu empreendimento não se deixa abater e assim nos confessa seu envolvimento: “às vezes dá vontade de vender, pois as despesas para conservar são altas e o movimento é muito fraco, mas aí me lembro de toda a história que vivemos aqui e continuo a tocar o Hotel”. (VIEIRA, 2013). Não perde a oportunidade de exibir com orgulho a foto do jogador de futebol Garrincha, que quando veio jogar em Planaltina em 1982, que ficou hospedado no seu hotel, no quarto 17.

Ainda, sobre o relato a proprietária com o seu estabelecimento, é possível observar a importância do mesmo na sua história de vida:

Esse Hotel é parte da minha vida, aqui eu e meu marido criamos nossos filhos, trabalhávamos todos os dias, mas era divertido, pois tinha muito jovens que viam passear aqui e ficavam hospedados principalmente nos fins de semana”³⁰ (VIEIRA, 2013).

Como podemos observar, além de representar muito na vida de Dona Geralda, o Hotel O Casarão é também um marco na história de Planaltina. No interior do prédio, em uma sala de espera, as paredes estão repletas de fotos sobre a história da cidade, que ajudam os observadores e moradores da cidade a reviver os bons momentos, tal qual faz Dona Geralda.

A imagem abaixo tirada da fachada externa do Hotel, mostra suas paredes bem pintadas e conservadas, sinal do sentimento e do cuidado de Dona Geralda, que ainda vive no local e recebe seus hóspedes com a mesma alegria de sempre.

³⁰Idem.

Ilustração18 – Hotel O Casarão, 2013.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 31 de agosto de 2013).

Assim, as Praças e seus monumentos ajudam a contar e a manter viva parte da história de Planaltina, consolidando o patrimônio como memória e identidade social. A memória representa a forma como em diferentes momentos acessamos as lembranças do passado, e a identidade é o meio que permite nos reconhecermos como pertencentes ao meio que construímos e que nos possibilitam sermos o que somos.

CAPÍTULO III

EMBATE POLÍTICO E SOCIAL SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE PLANALTINA

Em 2007, foi criada a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina - AMIGHOS³¹ ensejada por um ato de vandalismo com o patrimônio da cidade, como nos relata a sua presidente Simone Macedo:

Queimaram um mourão de madeira, um mourão³² que fica ali na lateral que inclusive nós fizemos uma réplica dele, os usuários da praça num ato de vandalismo e abriram os debates sobre o que fazer com os infratores, e a mim em particular enquanto cidadã aquilo foi me revoltando que eu pensei será que aquelas pessoas sabem que aquilo ali é um marco importante, será que eles sabem que aquilo é um mourão em forma de diamante em aroeira que foi colocado ali, aquele mourão já amarrou algum cavalo da Missão ou qualquer animal desde a época da Missão Cruz, Poli Coelho e tal, foi então que eu conversei com algumas pessoas e criamos a Associação, para defender esse patrimônio (MACEDO, 2013).

A partir da fundação da AMIGHOS, os debates sobre o patrimônio passaram a ser organizados com a participação mais efetiva de outros grupos da sociedade como a Rádio Utopia de Planaltina, a coordenação do Programa de Extensão Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília, a Academia Planaltinense de Letras, moradores e outras pessoas interessadas nas questões relacionadas ao patrimônio de Planaltina.

Esses embates foram travados principalmente com o governo do Distrito Federal, através dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio e pela Administração Regional de Planaltina.

As principais ações da AMIGHOS contam com a fiscalização de obras feitas nos casarões da cidade, principalmente nos que são de proprietários particulares, organização de debates, cursos, palestras e seminários para discutirem sobre as questões relacionadas à preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Anualmente esse grupo organiza

³¹ Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina é uma entidade que defende o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade.

³² Referenciado por Simone, esse fato foi a queima de um mourão (cruz de madeira) que ficava na lateral da Igreja de São Sebastião e que havia sido colocado ali, na inauguração da Igreja em 1811, e que era utilizado pelos fazendeiros para amarrarem seus cavalos nos dias de missa.

pelo menos um seminário com esse propósito. Nesses seminários são apresentadas sugestões para o tombamento, registro e restauração do patrimônio.

A AMIGHOS também promove Saraus para divulgar a cultura local, participa de reuniões com líderes comunitários, representantes do governo e com estudantes que se reúnem a fim de discutir sobre a conservação do Centro Histórico de Planaltina.

Abaixo, a imagem de um ato público promovido pela AMIGHOS na Praça Salviano Monteiro, onde os participantes abraçam o Museu Histórico e Artístico de Planaltina em uma manifestação de apoio à preservação desse patrimônio.

Ilustração 19 – Manifestação em defesa do patrimônio do Centro Histórico de Planaltina promovido pela AMIGHOS em abril de 2013.



Fonte: (AMIGHOS)

Em outra ação da AMIGHOS, um cartaz divulga o Sarau em que foram realizadas apresentações de música, performance, artes plásticas e poesia. Esse evento além de arrecadar dinheiro para a AMIGHOS visou divulgar o trabalho dos artistas locais, foi também um importante evento de manifestação cultural da cidade.

Ilustração 20 – Sarau, promovido pela AMIGHOS. 08 de Março de 2014.



Fonte: (AMIGHOS)

A AMIGHOS também promove todos os anos um seminário para comemorar o aniversário da cidade, que reúne professores, estudantes e a comunidade, nesse encontro é elaborada uma Carta de intenções que apresenta sugestões e reivindicações para a preservação do patrimônio de Planaltina.

No dia 25 de janeiro de 2014, no IV Seminário Cultura e Patrimônio Histórico em Planaltina a AMIGHOS e a Coordenação do Programa de Extensão Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília elaboraram uma carta intitulada de ‘Carta em Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico de Planaltina-DF’ contendo mais de vinte propostas e sugestões para serem discutidas e encaminhadas aos órgãos competentes, entre elas destaca-se no item 1º “que a Região Administrativa de Planaltina e seu entorno sejam incluídos em Programas Federais e Distritais de Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Ambiental” (CARTA, 2014).

Esse item da Carta destaca a preocupação da sociedade local com o patrimônio histórico, cultural e ambiental, cuja preservação torna-se cada dia mais importante para

resgatar e manter suas tradições. Outro fator importante é evidenciado pela ineficiência das ações do governo do Distrito Federal e de políticas que visem à preservação do patrimônio, isso porque até o momento, apenas a Igreja São Sebastião e o Museu Histórico e Artístico de Planaltina foram tombados como patrimônios do Distrito Federal. Vale lembrar que outros casarões, o cemitério antigo e a Pedra Fundamental, que fazem parte do patrimônio e não estão localizados no Centro Histórico de Planaltina não estão sendo protegidos por ações do governo do Distrito Federal e encontram-se ameaçados.

Ainda nos referindo à Carta, o item 11º solicita que a cidade de:

Planaltina seja inserida como destino indutor da Copa do Mundo de Futebol, e que seja elaborado um roteiro turístico-cultural da região administrativa, que integre os bens tombados, as práticas registradas, as festas religiosas, as manifestações culturais, os sítios paisagísticos, parques ecológicos e os locais de interesse histórico, artístico, cultural e ambiental (CARTA, 2014).

Essa reivindicação da sociedade expressa o desejo de que Planaltina faça parte do roteiro turístico no período da Copa do Mundo de 2014, haja vista o grande número de turistas que devem visitar Brasília durante os jogos.

Já no item 20º foi sugerido junto a Administração Regional de Planaltina a criação de um grupo de trabalho formado por pessoas que participaram do seminário de 2014, para acompanhar a implementação das propostas elencadas na Carta (2014).

O que é perceptível nesse documento é que esses grupos encontram-se unidos em defesa do patrimônio histórico e cultural de Planaltina e reivindicam ações do governo do Distrito Federal no sentido de resolver os problemas existentes.

Para a sociedade local, a preservação desse patrimônio parece ter relevância, é o que podemos perceber nos relatos de alguns moradores entrevistados. Para R.G. S. “todo bem patrimonial deve ser preservado. No caso das Praças, a importância de sua preservação, se dá pelo cenário histórico que estas apresentam na cidade de Planaltina³³” (R.G.S. 2013).

Já o estudante, Rodrigo Otávio (2013) defende que “é importante cuidar, pois eles nos representam e cada monumento desses é uma raiz cultural nossa, é uma identidade cultural que a gente tem que manter preservar e passar adiante para que as próximas gerações tenham acesso”³⁴.

³³Entrevista concedida por R.G.S. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

³⁴Entrevista concedida por Rodrigo Otávio [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Nessas narrativas, percebemos que o patrimônio tem variadas relações com a identidade, sendo um elemento importante na afirmação da identidade social e cultural, tornando-se a materialização da identidade de um grupo ou sociedade (CHOAY, 2006).

Também como parte importante nesse embate político e social, temos o patrimônio imaterial de Planaltina que reivindica seu espaço como memória e identidade social, representados pelas festas que buscam manter as tradições e a história da Vila de Mestre d'Armas. São festas religiosas que acontecem há muitos anos, em que estão presentes a música caipira, cavalgadas, rezas e comidas típicas do Goiás. Entre elas se destacam a Festa do Divino Espírito Santo, a Folia de Reis, a Via Sacra e a Folia de São Sebastião.

Segundo Ikeda e Pellegrini (2008) as festas são representações sociais importantes para os povos, momento no qual acontece uma interação mais espontânea dando lugar às emoções, valores e crenças que ajudam a reafirmar as identidades como marcas de um grupo.

Os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 reconhecem a existência dos bens materiais como as edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos e o imaterial a partir das práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (BRASIL, 1988). Esse reconhecimento visa dar continuidade na transmissão das tradições culturais e patrimoniais de um povo.

Embora as festas tradicionais brasileiras não tenham nascido no Brasil como afirma Horta; Del Priori, (2005), pois foram trazidas pelos portugueses no período da colonização, elas foram importantes para a união dos grupos que começaram a organizá-las no Brasil, mesmo que esses grupos tenham sido de irmandades e confrarias religiosas.

O que marca essa importância é que mesmo com o declínio das práticas religiosas no Brasil império, elas continuaram presentes no interior do país. E a partir do início do século XX, quando ocorreu uma renovação no clero brasileiro com a imigração de padres portugueses, foram os centros urbanos que apoiaram essas festas com a perspectiva de manter as tradições e difundir a cultura.

As festas populares, por constituírem um domínio da cultura do qual emergem as identidades que singularizam grupos humanos e sociedades inteiras, vêm ganhando importância social, política e econômica e assim vêm sendo assunto de diversos debates (CAPONERO; LEITE, 2010, p.15).

3.1 Festa do Divino Espírito Santo

A Festa do Divino Espírito Santo de Planaltina foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal pelo decreto de 19 de maio de 2013, apesar de não ter uma data precisa de quando aconteceu a primeira Festa. Já os moradores comemoraram no ano de 2013 os 153 anos do evento. A Festa do Divino é uma manifestação religiosa que remonta ao período colonial e foi trazida pelos bandeirantes para o Centro-Oeste, em Portugal há indícios de comemorações no século XIV (ELEUTÉRIO, 2013).

Em Planaltina a Festa do Divino reúne todos os anos moradores das zonas rural e urbana, e é representada em folia da roça e folia de rua. Na ocasião, são realizados cantos, rezas e danças como a catira e a curraleira, seguida das músicas típicas, além de um diversificado cardápio de comida caipira. Entre os instrumentos tocados, destaca-se o tamboril artesanal, instrumento fabricado em Portugal. O ritual da Festa do Senhor Divino “inclui uma parte religiosa, composta invariavelmente de novena, missa e procissão e a segunda parte encenada por três dias nas ruas, praças, em visitas cerimoniais de casas, ou até mesmo em um campo de futebol, transformando no terreno dos jogos e da batalha simbólica das Cavalhadas de Cristãos” (2013, p. 7).

Ainda na parte urbana da Festa são montadas barraquinhas nas Praças de São Sebastião e Salviano Monteiro com brincadeiras, dança, comida e música sertaneja, que animam a festa. A próxima imagem mostra o momento da cavalgada, quando mulheres e homens atravessam as ruas da cidade carregando as bandeiras e demonstrando a beleza de uma tradição, que faz parte da história. As Praças ficam tomadas pelos fieis e expectadores a admirarem o espetáculo.

Ilustração 21 – Fiéis montados a cavalos percorrem as fazendas da região.



Fonte: (CORREIO BRASILIENSE, 2013)

Boatos apontam que com a inauguração de Brasília, em 1960, a Festa do Divino desapareceu de Planaltina demonstrando o apagamento da memória. Porém, a partir de 1972, a Festa voltou a ser realizada e com o passar dos anos foi sofrendo algumas alterações, mas para os moradores da cidade, a Festa do Divino Espírito Santo permanece como uma representação do patrimônio cultural de Planaltina.

3.2 A Folia de Reis

Outra festa vinda de Portugal no período colonial é a Folia de Reis, que comemora o nascimento de Jesus Cristo e a visita dos Reis Magos. Em Planaltina, a festa acontece na Praça de São Sebastião e encontra-se incluída no calendário oficial pela Lei nº 3252, de 19 de Dezembro de 2003. Essa festa possui:

Elementos que marcam a celebração, alguns deles são: os alferes (escolhidos por cada folia, responsáveis pelos principais acontecimentos da festa e quem repassa a devoção de Cristo por meio de objetos típicos da celebração- coroa e bandeira.), o altar (local mais sagrado, onde acontece o pagamento de promessas e as ladainhas), a bandeira (símbolo maior, que representa cada folia), o guia (escolhido pelo coordenador geral e responsável pela alvorada, os giros e as obrigações das folias) e os violeiros (convidados responsáveis

pelas cantorias e animação da festa) (CORREIO BRASILIENSE, 2013, p.60).

A Festa do Divino e a dos Reis são distintas, segundo (NEIVA, 2006, p. 28),“a primeira gira de dia, pois o Divino é luz; a segunda gira à noite, lembrando o brilho noturno da estrela que guiou os magos a Belém”, mas ambas são carregadas de representações e simbologias religiosas.

3.3 A Via Sacra

Na Semana Santa é comemorada em várias cidades do Brasil, quando acontece a Via Sacra, que representa a encenação da morte e da ressurreição de Cristo. Em Planaltina, essa encenação ocorre desde 1973, no Morro da Capelinha, que foi instituída pelo Decreto nº10.339, de 27 de abril de 1987. Porém, a celebração foi inserida, oficialmente, no Calendário Geral de Eventos do Governo do Distrito Federal. Em 2012, a encenação conseguiu um público de 170 mil³⁵ espectadores.

Ilustração 22 – Cena da condenação de Jesus, Morro da Capelinha.



Fonte: (www.correiobraziliense.com.br)

³⁵ Segundo fonte disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/03/29/-sacra-no-morro-da-capelinha- chega-a-40-edicao-em-planaltina>>. Acesso em: 11 de agosto de 2013.

Em 2008, através do Decreto nº 28.870, a Via Sacra de Planaltina foi registrada como Bem Cultural do Distrito Federal, sob a égide da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (IPHAN/DF, 2012).

Esse patrimônio está cercado de saberes e tradições presentes em muitas casas de Planaltina, que são transmitidos pelos mais idosos como homenagem aos seus antepassados que lhes transmitiram tal ensinamento. A repetição garante a continuidade dessas práticas culturais que ajudam a preservar as heranças do passado revivido no presente e, ainda, podem ensinar as novas gerações e garantir sobrevivência das mesmas no futuro.

3.4 A Folia de São Sebastião

A Folia de São Sebastião é organizada para celebrar o dia de São Sebastião que é o Padroeiro de Planaltina, a Festa dura sete dias e é realizada no mês de janeiro, coincidindo seu término no dia 20 de janeiro que é o dia de São Sebastião. A Festa é parecida com a Folia de Reis, na qual são realizadas as rezas, cantorias e a dança da catira.

A catira, dança predominantemente masculina, aos poucos vem cedendo espaço às mulheres que com muita garra e suor vão dominando a dança. Esse é o caso de Ester Rodrigues de Araújo³⁶ que desde os 10 anos de idade começou a frequentar as rodas de catira com seu pai. Segundo Ester:

Não foi fácil para mim romper com essas tradições machistas nas Festas, tive que provar todos os dias que era capaz e quando tive minhas filhas ensinei elas a dançar catira e a respeitar nossas tradições, hoje além desse respeito o que mais me orgulha é ser professora de vários meninos e meninas que vão dar continuidade as nossas tradições quando eu não estiver mais aqui (ARAÚJO, 2013).

Atualmente, Ester é responsável por uma escola no quintal da sua própria casa que abriga um grupo de alunos e alunas que se encontram para dançar e tocar os instrumentos presentes nas festas como: caixa, viola, violão, reco-reco, pandeiro, rebeca e sanfona. A importância desse projeto é dar continuidade às tradições das famílias que mantêm essas festas há anos em Planaltina assim:

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança de pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações,

³⁶Entrevista concedida por Ester Rodrigues de Araújo. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar (NEIVA, 2006, p.31).

Na imagem abaixo Ester, sua filha e outros alunos dançam a catira em frente à Igreja de São Sebastião.

Ilustração 23 – A dança da catira uma tradição em Planaltina.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 20 de janeiro de 2014).

A próxima imagem é o registro de uma apresentação da Folia de São Sebastião, na qual músicos e fieis cantam e rezam em homenagem ao Santo.

Ilustração 24 – Música e reza na Folia de São Sebastião.



Fonte: (Ederson Gomes de Oliveira, 20 de janeiro de 2014).

Os monumentos e as festas são representações materiais e imateriais da cidade, portanto elas permitem uma leitura social através do tempo e do espaço. Dessa forma, percebemos que a memória coletiva pode ser identificada nos monumentos, nas festas e nas Praças de Planaltina, que formam seu patrimônio histórico e cultural. Como nos afirma Halbwachs (1980), as memórias são coletivas, pois tratam-se de construções psíquica e intelectual, ou uma seleção de representação vivida que mesmo sendo de cada indivíduo estará sempre envolta de um grupo ou sociedade.

Essa memória está presente nas narrativas de Dona Geralda, proprietária do Hotel O Casarão, nas narrativas do Senhor E. N. que ainda se reúne com os amigos na Praça Salviano Monteiro para lembrar como era a vida na pequena Planaltina “que nem energia elétrica tinha quando eles eram crianças”.³⁷ (E.N. 2013). Ou como afirma D.O.B. “esses monumentos, essa Praça deve ser preservada, pois é um patrimônio público é onde toda a história da nossa cidade começou”³⁸ (D.O.B. 2013).

³⁷Entrevista concedida por E.N. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

³⁸Entrevista concedida por D.O.B. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

3.5 As Representações do Patrimônio do Centro Histórico de Planaltina

A História Cultural dedica atenção especial às representações coletivas e as identidades sociais. Nessa construção, podemos destacar os estudos do historiador Roger Chartier que apresenta perspectivas sobre os recortes sociais e as práticas culturais, “estas representações são matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1990, p.38).

Ainda segundo Chartier, podemos perceber duas formas de construção das representações coletivas e das identidades sociais. A primeira apresenta a ideia de que essas construções são impostas pelos que detém o poder. A segunda forma considera o recorte social, a partir da representação que cada grupo faz de si mesmo. De acordo com essas observações, podemos afirmar que os grupos sociais de Planaltina, que lutam pela preservação do patrimônio do Centro Histórico, buscam marcar sua existência através das suas memórias e das identidades sociais.

Podemos afirmar ainda que mesmo sendo as pessoas que se recordam, são os grupos que recordam o que é memorável, como bem nos demonstrou Dona Geralda, o Senhor N.O, D.O. B e os outros entrevistados.

A história de Planaltina está marcada pelas crenças religiosas, por incertezas e inexistência de dados sobre o seu surgimento e de como recebeu o nome de Mestre d’Armas, mas além de tudo é marcada pelas praças públicas onde pessoas comuns vivem e mantém suas relações sociais de convivência, representando momentos únicos do presente e do passado revividos pela memória coletiva e individual, confundindo e mesclando a história do indivíduo com a da cidade. Ou como alerta Santos: “o lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de viver junto. O lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo” (1998, p.10).

Demonstrando que são legítimas as reivindicações da população de Planaltina já que percebemos uma mudança rápida na destruição desses monumentos e o apagamento das memórias. Resguardar esse patrimônio histórico é reconhecer sua ligação direta com o passado dessas pessoas, permitindo compreender as relações sociais que determinados grupos viveram em determinado tempo e espaço e garantir que através desses monumentos os indivíduos se reconheçam como herdeiros dessa história, pois o patrimônio mesmo com sua trajetória ‘diferente e retumbante’ como afirma Choay (2006), ainda é uma herança do passado deixado pelos seus antepassados como um bem social.

Por essas razões, não basta apenas preservar um prédio, uma igreja ou uma praça como uma herança do passado, mas é preciso desfrutá-los, contemplá-los para manter viva a sua importância, ligadas às representações, significados e histórias vividas.

Dessa forma, a pesquisa buscou ouvir outros atores, pessoas como Simone Macedo presidente da Associação dos Amigos do Centro Histórico, Dona R. M. A., feirante, R. S., atualmente desempregado, entre outras pessoas já citadas. Porque para essas pessoas o patrimônio histórico e cultural de Planaltina deve fazer sentido, pois embora a memória conte ou (re) conte as histórias, essas muitas vezes foram versões lembradas pelas versões oficiais como fica claro na fala da Simone Macedo:

Houve uma história que a gente chama de história branca é uma história que eles contam da criação de Brasília pra cá ou 100 anos, 150. E a história não é essa, então a maior dificuldade primeiro é, no meu caso específico, foi de que eu não sendo uma nativa e não sendo uma pessoa de uma família tradicional, que eles insistem nisso e eu acredito que isso foi o que atrapalhou a história de Planaltina. Então assim eu não seria capacitada pra chegar e falar: Por que? Por que você quer defender esse casarão aqui que quem morava ali não era de uma família da elite. E outra coisa a briga entre eles pra saber quem é o mais importante isso continua sendo difícil entendeu? Nós estamos em pleno 2013, mas isso acontece. É querer ser donos de museus, querer ser donos de bens tombados. Então isso tudo continua até hoje e isso foi a maior dificuldade no começo pra mim. Porque da Associação dos Amigos do Centro Histórico, tinha pessoas também que eram dessas famílias e que sempre trouxeram essa história e assim a maior dificuldade foi isso e a dificuldade também de entrosamento com o Estado, com os órgãos responsáveis é muito difícil (MACEDO, 2013).

As palavras de Simone Macedo evidencia-nos os desafios enfrentados pela AMIGHOS na defesa do patrimônio de Planaltina. A concepção de posse dos monumentos que algumas pessoas têm, dificulta as ações coletivas e coopera para a falta de entendimento de que um bem tombado passa a ser de interesse de todos, como um bem importante para a história da cidade e não apenas das pessoas que ali viveram.

Outro episódio que ajuda a entender essas disputas é relatado pela mesma entrevistada:

Saiu uma matéria no jornal a respeito do cemitério São Sebastião, que é o cemitério mais antigo daqui da região do DF e Luziânia. Aliás, nem existia o Distrito Federal. E assim a repórter falou que o cemitério era tombado porque tinha o túmulo de uma pessoa X que era importante. Entendeu? E isso não contribui nada pra história, não contribui nada pra memória de um povo, sabe? Em nada. Isso não é verdade, ali tem todo cidadão que tá ali, ele é um cidadão tradicional, ele é um cidadão ilustre é a história de cada um. Eu tenho depoimentos lá que nós tivemos um probleminha lá com o Ministério Público que o Ministério Público da parte sanitária me ligou em 2009, por aí, na pessoa do Doutor. isso tá na página que eu até questionei a reportagem.

Ele me ligou falando o seguinte: que ele iria passar o trator por cima do cemitério porque o pessoal estava pedindo, porque lá só dava rato, dava isso e aquilo. Que ele iria passar o trator porque o doutor tal entendeu? Então que o doutor tal já tinha retirado os entes queridos dele de lá e o resto eram candangos anônimos. Eu não concordei com isso, ache isso um absurdo entendeu? Primeiro que não existe candango anônimo, sabe, não existe morador anônimo. Toda pessoa que ali tá sepultada são pessoas que contribuíram pra história. E a partir de isso aí todo ano eu vou pra lá, que seja acompanhada ou que seja só, vou com a minha máquina, vou com a minha filmadora, entendeu? Vou pra lá e filmo as pessoas que tão lá, entrevisto, pego assinatura, faço tudo pra que não aconteça isso. Porque ele iria passar exatamente no dia 02 de novembro. E aí assim, então a falta de informação e a falta de vontade também da imprensa, entendeu, de passar isso aí como a verdade e com a contribuição para história e pra que se fortaleça a memória local eles não tem essa preocupação, entendeu (MACEDO, 2013).

Nesse caso, o relato de Simone Macedo nos revela muito mais que uma disputa de versões da história, nos demonstra as fragilidades dos poderes que deveriam zelar pelo patrimônio, como: o Ministério Público, os governos locais, o governo Federal e a população.

Nessa disputa de importância a presidente da Associação dos Amigos do Centro Histórico desafia esses poderes para mostrar o cuidado que ela tem com a preservação da memória de pessoas que ajudaram a construir Brasília e que mesmo não sendo ilustres, fazem parte da história, pois para ela “não existe candango anônimo, não existe morador anônimo”.

Dessa forma esse trabalho presta um pequeno serviço à história e compõe a fala de personagens simples que possuem uma postura crítica quando se percebe a tentativa de apagamento da memória por grupos que se sentem como os donos da história.

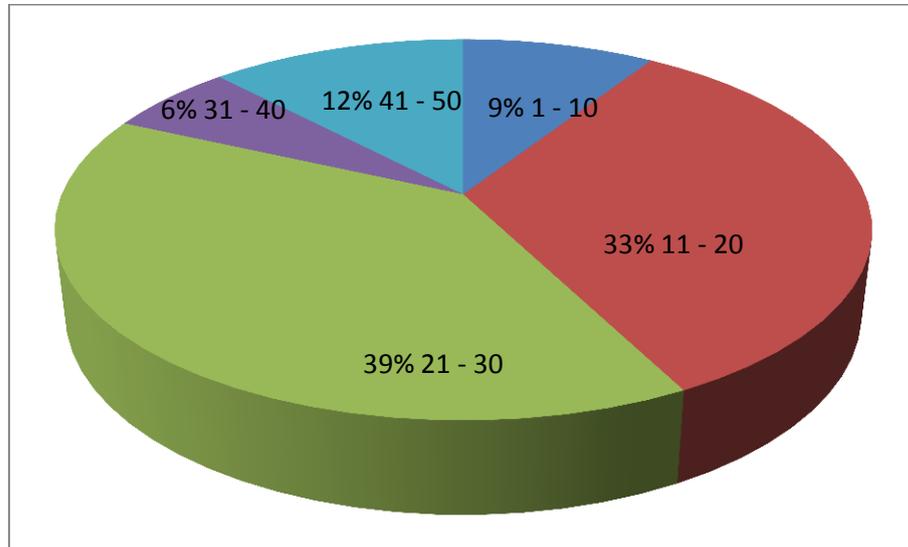
3.6 Análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário

Aqui apresentamos alguns números colhidos através da aplicação de um questionário com moradores de Planaltina sobre o Centro Histórico, no esforço de entendermos se a população reconhece esses monumentos como parte da sua história, memória e identidade social.

Como optamos em dar voz às pessoas que muitas vezes não tiveram a oportunidade de falar sobre a cidade, entrevistamos moradores estabelecidos na cidade a mais de 50 anos e outros entre 1 a 10 anos.

Se o Senhor (a) é morador (a) de Planaltina responda há quantos anos?

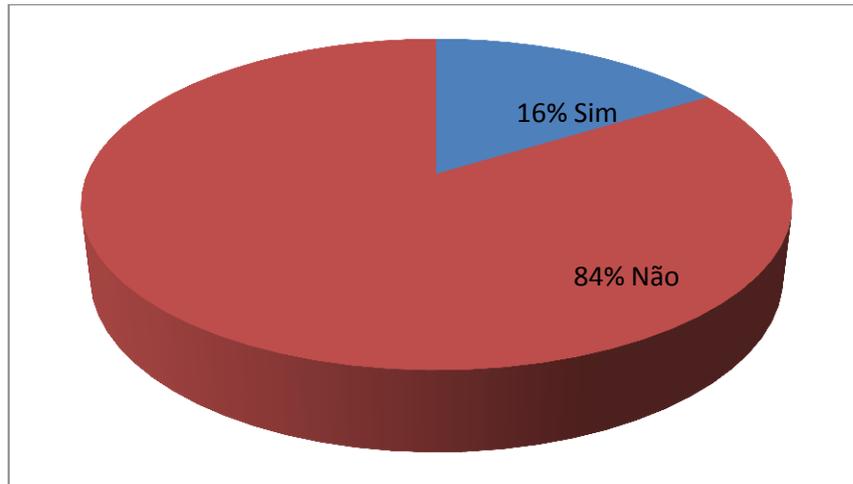
Gráfico 01 – Tempo que reside em Planaltina.



Fonte: O autor

Observem que pela resposta a pergunta sobre se os entrevistados eram moradores de Planaltina, 39% dos que responderam o questionário disseram morar em Planaltina entre 21 a 30 anos, sendo então a maioria; 33% responderam morar na cidade entre 11 a 20 anos, entre os moradores mais antigos o número ficou em 12% que moram na cidade entre 41 a 50 anos; os outros 9% moram entre 1 a 10 anos e, finalizando, os 6% restantes da pesquisa responderam que moram na cidade entre 31 a 40 anos. O resultado mostra que conseguimos alcançar nosso objetivo de ouvir um grupo bem diversificado.

Gráfico 02 – Políticas para a preservação do patrimônio.



Fonte: O autor

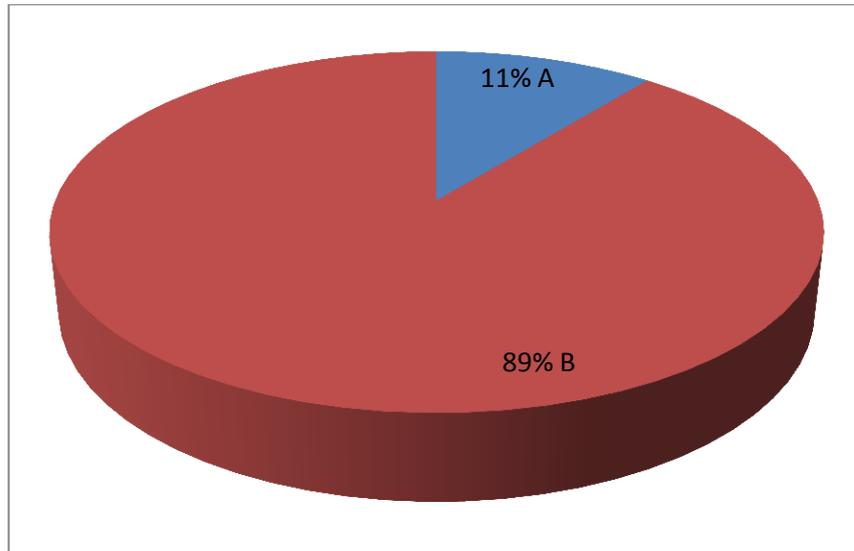
Nossa próxima pergunta foi. O senhor (a) considera que o governo tem realizado políticas para a preservação desse patrimônio? O resultado demonstrou que 84% dos que responderam o questionário optaram por responder “não” e 16% por responder “sim”. Esse resultado reforça a tese de que o governo não tem investido o suficiente quando se trata da implementação de políticas de preservação do patrimônio em Planaltina.

Essa interpretação se torna mais evidente ainda se levarmos em consideração a resposta de Simone Macedo quando lhe perguntamos se a AMIGOS recebe algum apoio do governo.

Não, isso não existe. A associação hoje está aqui dentro que foi o endereço provisório. Que nós tínhamos, nós nunca tivemos sede. Houve no começo dessa legislatura, uma ideia de dar um espaço pra gente. Pois temos muito material e a gente praticamente faz esse trabalho de mostrar o Centro Histórico, os pontos turísticos para pessoas e nunca. Vamos entregar um espaço aqui pra Associação, nunca. Conseguimos um espaço, mas forças políticas contrárias ao nosso movimento fez com que a gente saísse de lá. Entendeu? Então a gente se reúne, ou se encontra no museu. Até porque minha casa não é uma casa que está à altura de receber as pessoas que procuram por informação, entendeu? É uma casa simples. É uma salinha eu fico no computador péssimo. É uma salinha pequenininha (MACEDO, 2013).

A próxima pergunta foi relacionada à conservação do patrimônio. O senhor (a) considera que no geral esses patrimônios estão bem preservados ou mal preservados?

Gráfico 03 – Estado de conservação do patrimônio de Planaltina.



Fonte: O autor

O resultado das respostas apontou que para 11% dos que responderam o questionário afirmaram que os monumentos estão bem preservados enquanto 89% disseram que os monumentos que compõem o patrimônio do Centro Histórico de Planaltina estão mal preservados. Mais uma vez, as respostas confirmaram nossa premissa de que o governo de alguma forma, tem se ausentado do seu papel de gestor e principal responsável pelo bem público. A partir dessas considerações percebemos que a população reconhece as falhas do governo e a falta de apoio a grupos que estão interessados na proteção desse patrimônio.

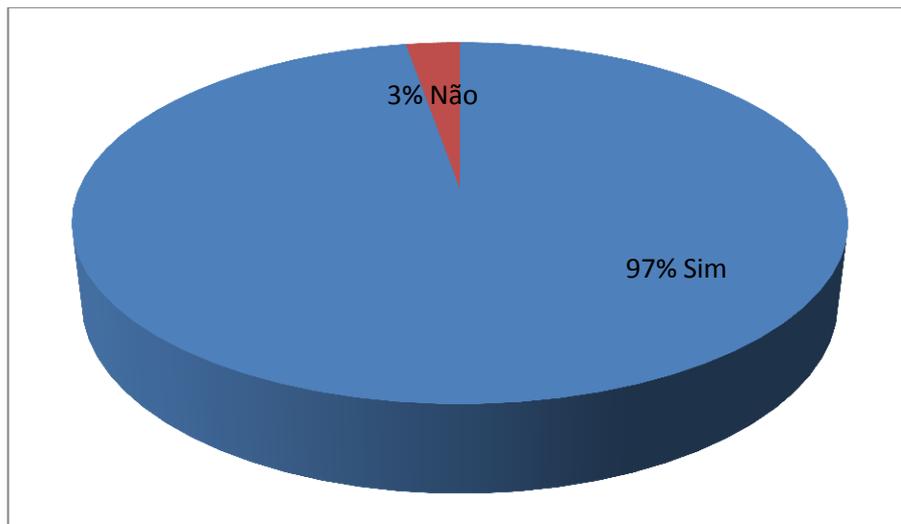
De fato existe também um notório descaso dos deputados distritais em relação aos debates sobre os problemas da conservação do patrimônio de Planaltina, a exemplo, no dia 23 de fevereiro de 2013, quando acontecia na cidade o III Seminário Cultura e Patrimônio Histórico em Planaltina, estiveram presentes no evento alguns deputados distritais. No primeiro momento do seminário, destinado à apresentação dos participantes e às considerações iniciais, esses deputados com uma narrativa próxima a um discurso de palanque improvisado falaram sobre a importância da cidade de Planaltina, da sua preservação e da representação no cenário cultural, assim como da importância dessa para o entendimento da história do Planalto Central. Porém, no segundo momento do seminário, quando foram abertos os debates sobre os principais problemas da cidade e do seu patrimônio, todos os deputados, para a decepção dos presentes, retiraram-se do local.

Essa atitude foi compreendida pelos participantes do evento como uma demonstração da falta de compromisso dos representantes locais com o patrimônio de Planaltina. O fato é

que da mesma forma que acontece na política nacional, também acontece em Planaltina e em outras cidades do Brasil, a falta de continuidade das políticas públicas. Quando muda o partido político que está no poder, mudam as prioridades e os investimentos são realizados segundo o novo plano de governo. Para Simone Macedo, essa política partidária é clara, “por exemplo, se nós não conseguirmos uma pessoa que seja do partido pra articular junto à Secretaria de Cultura, IPHAN ou qualquer coisa, nós não conseguimos nada”.³⁹ (MACEDO, 2013).

Já quando perguntado aos entrevistados se as Praças e os monumentos são considerados patrimônio histórico e cultural da cidade de Planaltina, o resultado foi determinante, pois 97% dos que responderam a pergunta escolheram o “sim” e apenas 3% optaram pelo “não”. Ou seja, a grande maioria dos entrevistados disse que consideram os monumentos como patrimônio histórico e cultural de Planaltina.

Gráfico 04 – As Praças São Sebastião e Salviano Monteiro e seus monumentos.



Fonte: O autor

O resultado das entrevistas e da aplicação do questionário demonstrou claramente que há uma necessidade de se preservar esses monumentos como fonte de memória e de identidade dos moradores com o passado. Para uma estudiosa da história do patrimônio planaltinense:

³⁹ Op. Cit.

O patrimônio histórico existentes nas Praças de São Sebastião e Salviano Monteiro são importantes para a história, memória e identidade social de Planaltina, pois guardam referências da história e memória da comunidade. A população reconhece isso, mas apresenta dificuldades na sua preservação. (SARAIVA, 2013).⁴⁰

Ainda para Saraiva (2013), algumas ações devem ser tomadas para a valorização desse patrimônio como “Educação patrimonial a partir das séries iniciais; mais mobilização social para as questões relativas ao patrimônio; seminários e atividades de extensão que possam estimular a atuação comunitária⁴¹”

Realmente esse descaso apontado por N. V. ocorrido nos últimos anos causou a deteriorização do patrimônio de Planaltina. Atualmente, nota-se um esforço da parte da Administração da cidade, mesmo com poucos recursos investem na tentativa de diminuir os equívocos do passado. Essa opinião é reafirmada pelo grupo de moradores da cidade que participou das entrevistas e que responderam o questionário nesse estudo.

Para M. O estudante de 19 anos, nascido em Planaltina o patrimônio do Centro Histórico deve ser preservado,

por ser parte integrante da cultura de todos que habitam essa cidade e descendem dela, parte importante da história brasileira, cultural, popular, tradicional que deve ser contemplada e respeitada, pois conta a história daqueles que fizeram Planaltina e Brasília serem o que são⁴².

Para compreender a visão ou posicionamento do governo do Distrito Federal na questão da preservação do patrimônio de Planaltina entrevistamos um representante da Administração de Planaltina, que nos relatou:

Eu acho que a cumplicidade, ela tem que existir. Em momento algum eu disse que a responsabilidade de não ter equipamento público em boas condições seja apenas da sociedade, mas disse que eles eram cúmplices enquanto Estado e enquanto sociedade. O que eu estou dizendo é que a nossa missão enquanto estado é restaurar e buscar esse entusiasmo junto com as pessoas para justamente aumentar esse comprometimento. Onde a Igrejinha, as casas das pessoas que ainda possuem, remanescentes, históricos, possam ser valorizados. Então, é buscar essa sintonia, porque houve uma falta de sintonia que chegou ao estágio de degradação total, é isso que a gente tá

⁴⁰Entrevista concedida por Regina Coelly Saraiva. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

⁴¹Idem.

⁴²Entrevista concedida por M.O. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

buscando agora essa sintonia. Agora nada impositivo muito mais colaborativo que impositivo⁴³ (N.V. 2013).

A conservação do patrimônio é uma tarefa árdua que envolve ações dos governantes e da sociedade civil, todos devem ter consciência que esse bem e de uso público, sendo importante para manter vivas histórias e tradições.

⁴³Entrevista concedida por V. N. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos por meio desse trabalho que a população de Planaltina reconhece seus monumentos como patrimônio histórico e cultural. Os dados analisados, através dos resultados das entrevistas e dos questionários, demonstraram a importância dos monumentos existentes nas Praças de São Sebastião e Salviano Monteiro como memória, história e identidade social. Entendemos que as narrativas orais das pessoas da cidade, as vezes com simplicidade, além de rememorarem suas experiências individuais e construir suas histórias de vida, constroem também uma representação do social e do cotidiano.

Em se tratando do governo do Distrito Federal, constatamos que as políticas de valorização e preservação do patrimônio cultural ainda são pífias, a cidade e a sociedade sofrem com o abandono e o descaso do governo. Essa realidade pode ser evidenciada pela falta de investimento e descuido com o patrimônio histórico e cultural, representado pelos antigos casarões do Centro Histórico de Planaltina e por outros monumentos existentes no entorno da cidade.

As restaurações realizadas nos monumentos tombados como patrimônio histórico do Distrito Federal não podem ser consideradas como restaurações propriamente ditas. Essas intervenções são reformas que têm ajudado a manter os prédios erguidos mas, em contrapartida, vêm descaracterizando o valor original e histórico dos monumentos.

Aliado a esses problemas, ainda podemos destacar a ausência de um projeto de preservação que leve em consideração um modelo de desenvolvimento econômico e social sustentável, para que os proprietários desses casarões possam manter seus prédios preservados.

O investimento no turismo local tem sido apontado como possibilidade para uma solução inicial, porém outras práticas podem dar resultados, como o investimento em educação patrimonial, a criação de um centro de informação aos turistas e a formação de grupos de apoio ao turista. A abertura do Museu Histórico e Artístico aos sábados, domingos e feriados também pode cooperar a visibilidade valorização do patrimônio local, inclusive oferecendo cursos de restauração, história da arte, museologia em parceria com o Campus da Universidade de Brasília em Planaltina.

Mas, diante dessas dificuldades destacamos a luta de grupos engajados na defesa do patrimônio de Planaltina como: a Associação dos Amigos do Centro Histórico, a Rádio

Utopia, a Academia Planaltinense de Letras, a Coordenação do Programa de Extensão Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília e outras ações da UNB.

Assim, ao finalizarmos essa dissertação temos a certeza de termos investido esforços para o estudo do patrimônio histórico e cultural do Centro Histórico de Planaltina e de termos conhecido pessoas que merecem nosso respeito e admiração pelo empenho às vezes solitário, mas decisivo, nessa difícil tarefa de conservar e preservar nosso patrimônio.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José d'assunção. A história cultural francesa – caminhos de Investigação Universidade Severino Sombras (uss) In: *Revista de história e estudos culturais*. Vol. 2, Ano II, nº 4, Outubro/Novembro/Dezembro de 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. (Trad.) Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. 5ª edição. Brasília: Verano, 2005.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velho*. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASI. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 13 set 2013.
- BRASÍLIA. SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL. *Inventário do Setor tradicional de Planaltina*. Brasília, 19 de dezembro de 2012.
- _____. *Tombamento*. Disponível em: <http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/acervo/pdf/Patrimonio_tombado_e_registro_DF.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2013.
- _____. *Patrimônio nas ruas*. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico, Brasília, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velho*. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Anne Blume, 2009.

CASTRO, Mario. *Realidade pioneira*. Cidade Editora Thesaurus. 1986.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Cléria Botelho. *Memórias compartilhadas: os contadores de história*. In: MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.). *Contar história, fazer história: história cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

CORREIO BRAZILIENSE. *Festa do Divino de Planaltina vai ser tombada Patrimônio Imaterial do DF*, 18/05/2013.

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/05/18/interna_cidadesdf,366740/festa-do-divino-de-planaltina-vai-ser-tombada-patrimonio-imaterial-do-df> Acesso em: 14/05/2013.

_____. *Grupo de moradores de Planaltina se organiza para defender patrimônio*.

Disponível em:

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/07/09/interna_cidadesdf,125093/index.shtml>. Acesso em: 19/05/2013.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central: relatório Cruls*. 6ª ed. Brasília: CODEPLAN, 1995.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ELEUTÉRIO, Robson. *Na rota das Nascentes: a história da região do DF*. Brasília: Editora Instituto Cerratense, 2013.

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *A “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”*: a Civilização e o Progresso a caminho do sertão. s/d.

FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Ministério da Cultura – Iphan, 2005.

_____. *História, oralidade e memória*. In: BATISTA FILHO *et al* (Org). *Memórias de gerações*. Planaltina (DF), Fundo Nacional de Cultura/MinC/Brasília, 2013.

GONÇALVES, Paula Renata. *As cidades satélites de Brasília: registro histórico*. Projeto integrado de pesquisa – PIP: itinerâncias urbanas. Brasília, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1980.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; DEL PRIORE, Mary. *Proposta pedagógica: memória, patrimônio e identidade*. Ministério da Educação. Boletim 04, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão, et al. 5ª ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. *A percepção do rural e do urbano na construção da memória social das cidades*. In: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (Org.). *A construção da cidade*. Brasília: DePHA, 1998.

MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. *Ruas de Planaltina*. Coordenadora do Inventário do Patrimônio Cultural de Planaltina. Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEIVA, Ivany Câmara. *De cor e salteado: transmissão, permanência e mudança na folia*. In: Entorno que transborda: patrimônio imaterial da RIDE. Coordenação de Maria Thereza Ferraz Negrão de Mello. Brasília: Petrobras, 2006.

OLIVEIRA, Mirna Augusto de. *Distribuição espacial da população no distrito federal características dos movimentos migratórios inter-regionais*. 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_dis_es_p_pop.pdf>. Acesso em: 10/10/2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, memória e centralidade urbana*. Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

_____. *História e história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Aprendendo com o patrimônio*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.

RODRIGUES, Marly. *Patrimônio, idéia que nem sempre é prática*. In: *A construção da cidade*. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. *Memórias de gerações*. Min C. Brasília, 2013.

SILVA, Elias Manoel. *De Mestre d'Armas a Planaltina: reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade*. Historiador do Arquivo Público do Distrito Federal. (s/a).

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. 2.ed. São Paulo: Pirenópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. B

ENTREVISTAS

Entrevista concedida por Mário César de Sousa Castro. Entrevista cedida ao Arquivo Público do Distrito Federal. *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Viviane Irene Fonseca Dornas, *et al.* ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Maria Violeta Guimarães. Entrevista cedida ao Arquivo Público do Distrito Federal. *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Francisca Guimarães de Mello. Entrevista cedida ao Arquivo Público do Distrito Federal. *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Laerte Carlos de Alarcão ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Francisca Guimarães de Mello ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de Pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Maria Violeta Guimarães ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Mário César de Sousa Castro ao Arquivo Público do Distrito Federal. In: *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Cadernos de pesquisa – 8. 4ª edição. Brasília DF, 2008.

Entrevista concedida por Geralda Vieira. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por A.F. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por Leonio Matos Gomes. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por Regina Coelly Saraiva. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por M.G. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por R. G. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por J. L. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por R.G.S. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por Rodrigo Otávio. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por M.O. [Jul. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

Entrevista concedida por V. N. [Set. 2013]. Entrevistador: Ederson Gomes de Oliveira. Brasília, 2013.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO**

Nome: _____

Profissão: _____

- 1) Morador de Planaltina (DF)? () sim () não.
- 2) Se for morador de Planaltina há quantos anos? _____
- 3) O senhor (a) conhece a história do surgimento de Planaltina (DF)? () sim () não
- 4) O senhor (a) conhece as Praças de São Sebastião e Salviano Monteiro e seus monumentos? () sim () não
- 5) O senhor (a) considera as Praças de São Sebastião e Salviano Monteiro e seus monumentos como um patrimônio histórico e cultural de Planaltina? () sim () não. Justifique sua resposta.
- 6) O senhor (a) participa de algum movimento em defesa desse patrimônio? () sim () não
- 7) O senhor (a) considera que esse patrimônio deve ser preservado? () sim () não
- 8) O senhor (a) considera que o governo tem realizado políticas para a preservação desse patrimônio? () sim () não
- 9) O senhor (a) considera que no geral esses patrimônios estão:
 - a) Bem preservados ()
 - b) Mau preservados ()
- 10) O senhor (a) considera ser o maior responsável pela preservação desse patrimônio?
 - a) O governo ()
 - b) A sociedade ()
 - c) O governo e a sociedade ()

APÊNDICE B

ENTREVISTA

Simone Macedo – Presidente da Associação dos Amigos do Centro Histórico.

Ederson Oliveira: Bom, nós vamos conversar agora com a Simone Macedo que é a presidente da Associação dos amigos do Centro Histórico de Planaltina.

Ederson Oliveira: A Simone é uma pessoa que vem contribuindo com a minha pesquisa desde o início. Simone, eu queria começar essa entrevista com você perguntando.

Como surgiu essa ideia de criar a Associação?

Simone Macedo: Então ela começou em 2007 né foi a data de fundação e ela começou assim é principalmente num.. Vários fatores, mas um dos mais importantes que eu já vinha questionando a respeito né da derrubada de casarões e tal que se não tinha lei e tão eu ainda não morava aqui e ficava questionando isso ai né, já que era patrimônio tão diferenciado tão... E o que que acontece, eu comecei a morar aqui né efetivamente e logo logo, moro perto da igreja. E logo após é hm no começo de 2007 eles queimaram um murão que é um murão ali, aquele murão que nós fizemos inclusive a réplica dele e queimaram num ato de vandalismo, queimaram esse murão, os usuários ali da praça. E aí começaram as conversas, questionamentos, ”vamos pra delegacia” e todo mundo querendo cobrar os gestores da época, querendo cobrar cadeia pra essas pessoas e tal. E aquilo assim, a mim particular enquanto cidadã, aquilo foi me revoltando que eu pensei: “será que essas pessoas sabem que aquilo ali era um marco importante? Será que ele sabe que aquilo era um murão em forma de diamante em aroeira que foi colocado ali que já foi aquele murão já amarrou algum cavalo da Missão ou qualquer animal desde a época da Missão Cruz, Poli Coelho e tal.” E aí numa reunião de movimentos perguntaram o que que eu queria, o que que eu tinha vontade mesmo né. Que nada me agradava assim, eu falei eu gostaria muito de fundar uma associação de amigos para defender o Centro Histórico de Planaltina, a história toda de Planaltina, esses essa arquitetura que ainda tem aqui né e assim surgiu. Algumas pessoas na época, foram muitos né, fundamos e oficializamos né através de CNPJ colocamos como OSCIP e foi assim de lá pra cá a gente vem fazendo eventos, vem fazendo todo tipo de manifestação pra chamar

atenção quanto a defesa desse Centro Histórico e do Patrimônio Material também que é riquíssimo né.

Ederson Oliveira: E você acha que passados esses seis anos da criação da Associação, quais as maiores dificuldade enfrentadas?

Simone Macedo: Ela enfrenta ainda né. Acho que qualquer movimento no Brasil ele, no Brasil todo, ele tem esse problema de primeiro lutar por aquela elite estabilizada que já tá ali há muito tempo e que quer contar a história como, assim como fato que à eles beneficie e não na totalidade. E aqui em Planaltina uma das maiores dificuldades foi isso aí o que foi bom que criamos força em relação à isso e aqui sempre assim. Houve uma história que a gente chama de história branca né e uma história que eles contam de criação de Brasília pra cá ou 100 anos, 150. E a história não é essa, então a maior dificuldade primeiro é, no meu caso específico, foi de que eu não sendo uma nativa e não sendo uma pessoa de uma família tradicional né que eles insistem nisso e eu acredito que isso foi o que atrapalhou a história de Planaltina. Então assim eu não seria capacitada pra chegar e falar: Por que? Por que você quer defender esse casarão aqui que quem morava ali não era de uma família da elite e sabe.. E outra coisa a briga entre eles pra saber quem é o mais importante isso muito, continua sendo difícil entendeu? Nós estamos em pleno 2013, mas isso acontece. É querer ser donos de museus, querer ser donos de bens né no caso tombados. Então isso tudo continua até hoje e é, foi a maior dificuldade no começo pra mim pessoal. Porque dentro ali da dos amigos do Centro Histórico, tinha pessoas também que eram já dessas famílias e que sempre trouxeram essa história e assim a maior dificuldade foi isso e a dificuldade também de entrosamento com o estado, com os órgãos responsáveis é muito difícil.

Ederson Oliveira: Você acha que essas mudanças que vão acontecendo aqui no Centro Histórico: mudança de nome de praças, mudança de nome de casarões, ela estão envolvidas diretamente nessa disputa de famílias tradicionais que querem consagrar o que a família fez como sendo mais importante do que outras pessoas fizeram?

Simone Macedo: É. Ontem, foi antes de ontem, sexta, sábado... Saiu uma matéria no jornal a respeito do cemitério São Sebastião, que é o cemitério mais antigo daqui da região do DF, Luziânia e tal. Aliás, nem existia DF né não existia Distrito Federal. E assim a repórter falou que o cemitério era tombado porque tinha o túmulo de uma pessoa X que era importante. Entendeu? E isso não contribui nada pra história, não contribui nada pra memória de um

povo, sabe? Em nada. Isso não é verdade, ali tem, todo cidadão que tá ali, ele é um cidadão tradicional, ele é um cidadão ilustre é a história de cada um. Eu tenho depoimentos lá que nós tivemos um probleminha lá com o Ministério Público que o Ministério Público da parte sanitária me ligou em 2009, por aí, na pessoa do Doutor. Isso tá na página que eu até questioneei a reportagem. Ele me ligou falando o seguinte: que ele iria passar o trator por cima do cemitério porque o pessoal estava pedindo, porque lá só dava rato, dava isso e aquilo. Que ele iria passar o trator porque o doutor tal entendeu? Que eu já nem uso mais falar o nome dessas pessoas porque eu acredito que uma palavra quanto mais você fala mais você fortalece essa pessoa. Então que o doutor tal já tinha retirado os entes queridos dele de lá e o resto eram candangos anônimos. Eu não concordei com isso, ache isso um absurdo entendeu? Primeiro que não existe candango anônimo, sabe, não existe morador anônimo. Toda pessoa que ali tá sepultada são pessoas que contribuíram pra história. E a partir de isso aí todo ano eu vou pra lá, que seja acompanhada ou que seja só, vou com a minha máquina, vou com a minha filmadora, entendeu? Vou pra lá e filmo as pessoas que tão lá, entrevisto, pego assinatura, faço tudo pra que não aconteça isso. Porque ele iria passar exatamente no dia 02 de novembro. E aí assim, então a falta de informação e a falta de vontade também da imprensa, entendeu, de passar isso aí com a verdade e com a contribuição para história e pra que se fortaleça a memória local tudo eles não tem essa preocupação, entendeu? Então é muito complicado. É difícil.

Ederson Oliveira: A Associação hoje, como é que ela está? Não tem uma sede fixa, não teve nenhum contato com a administração para que houvesse, ou que fosse disponibilizado um espaço para vocês?

Simone Macedo: Não, isso não existe, isso não existe. A associação hoje, ela tá aqui dentro que é, foi o endereço provisório né que nós tínhamos, nós nunca tivemos sede. Houve no começo dessa legislatura, houve uma ideia de dar um espaço pra gente. Pra gente colocar que a gente tem muito material e a gente praticamente faz esse trabalho né de mostrar o Centro Histórico, os pontos turísticos pras pessoas e nunca, nunca teve assim.. Vamos entregar um espaço aqui pra Associação, nunca. Conseguimos um espaço no e forças políticas contrarias ao nosso movimento fez com que a gente saísse de lá. Entendeu? Então a gente fica, a gente reúne, encontra pessoas no museu, né, que até porque minha casa não é uma casa que tá muito a altura de receber as pessoas que procuram por informação, entendeu? É uma casa simples sem né então assim. É uma salinha eu fico no computador péssimo. É uma salinha pequenininha. (11:45)

Ederson Oliveira: E Simone, é...

Simone Macedo: Só terminando, só falando a respeito disso aí. Nós recebemos as pessoas na praça. Quantas vezes nós recebemos alunos na praça por não ter um lugar adequado né, isso no museu nós criamos um espaço lá com parceria com a UNB. Mas assim a gente recebe dentro da igreja e nunca tivemos assim que o estado chegue fale olha vocês contribuem tanto, então nós vamos doar esse espaço aqui pra vocês.

Ederson Oliveira: Você acha que a Associação é reconhecida pelo seu trabalho?

Simone Macedo: É, reconhecimento sim. Entendeu? Talvez até, eu não sei, hoje o estado meio que trabalha... É. Antes, um pouco tempo atrás, os órgãos públicos trabalhavam um pouco mais em sintonia com os movimentos sociais, os movimentos da sociedade civil organizada. Hoje eles trabalham batendo um no outro. Por exemplo, se nós não conseguirmos uma pessoa que seja do partido pra articular junto à secretaria de cultura, Iphan ou qualquer coisa, nós não conseguimos nada. Entendeu? Então assim, reconhecimento existe, não sei se posso falar pra você que reconhecimento existe, mas não existe respeito. Não sei. Sabe, que o estado, os órgãos, no nosso caso do GDF, não vê a gente como um aliado. Por que além da gente contribuir e ser parceiro nos eventos e atividades, nós fiscalizamos. Então nós somos bons quando estamos fazendo alguma coisa que dê visibilidade à eles, mas quando a gente fiscaliza.. Entendeu? Então assim, reconhecimento existe. Não existe respeito.